

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES (ICHCA)
COMUNICAÇÃO SOCIAL - JORNALISMO**

DAPHNE MARIA DA SILVA

**RELATÓRIO TÉCNICO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
“GRANDE REPORTAGEM – A VISIBILIDADE DO JORNALISTA NEGRO EM
ALAGOAS”**

**Maceió
2020**

DAPHNE MARIA DA SILVA

RELATÓRIO TÉCNICO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
“GRANDE REPORTAGEM – A VISIBILIDADE DO JORNALISTA NEGRO EM
ALAGOAS”

Relatório apresentado ao Departamento de Comunicação do Instituto de Ciências Humanas Comunicação e Arte da Universidade Federal de Alagoas, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de bacharel em jornalismo.

Orientador: Prof. Dr. Ruy Matos

Maceió
2020



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (UFAL)
Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes (ICHCA)
Curso Jornalismo/Relações Públicas

ATA DE APRESENTAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CC para obtenção do grau de Bacharel em () Jornalismo () Relações Públicas

Aos 16 dias do mês de MARÇO do ano de 2020, das 18 h às 19 h, realizou-se o Curso de Jornalismo/Relações Públicas, da Universidade Federal de Alagoas/UFAL, a sessão de apresentação do Trabalho de Conclusão de curso (TCC), intitulado GRANDE REPORTAGEM - A VISIBILIDADE DO JORNALISTA NEGRO EM ALAGOAS, do(a) graduando(a) DAPHNE MARIA DA SILVA matricula 12210308 do Curso de Jornalismo/Relações Públicas, da Universidade Federal de Alagoas/UFAL, como parte dos requisitos para obtenção do Grau de Bacharel. A banca foi composta por LENILDA LUNA DE ALMEIDA (1º examinador), MARIA APARECIDA BATISTA DE OLIVEIRA (2º examinador) e ROY MATOS FERREIRA (orientador). Após exposição oral sintetizando o TCC, o(a) graduando(a) foi arguido(a) pelos membros da banca e em seguida respondeu aos questionamentos levantados. Ao fim da sessão, a banca se reuniu em particular e o TCC foi considerado.

- Aprovado, atribuindo-lhe a nota 10 (DEZ INTEIROS)
 Reprovado
 Aprovado, condicionado a reformulação devendo o graduando entregar uma segunda versão de seu trabalho em prazo não superior a _____ dias úteis.

Subscrevem-nos

Roy Matos e Ferreira
(orientador)

Lenilda Luna de Almeida
(1º examinador)

Maria Aparecida Batista de Oliveira
(2º examinador)

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Claudione Maria, que me deu a vida e desde sempre lutou para que eu pudesse ter um ensino de qualidade, que mesmo depois dos 30 encarou entrar em uma universidade na esperança de dar um futuro melhor para nós, que me ensinou os valores e o senso de que o coletivo é mais importante que o individual. Nela me inspiro para me tornar uma pessoa melhor. Obrigada por sonhar junto comigo a conclusão deste curso. Aos meus avós, que servem de inspiração pois criaram três filhas e quatro netos, e mesmo diante das dificuldades conseguem manter a família unida com amor. À minha tia Cleonice Maria que, mesmo tendo seus próprios compromissos, em muitas noites esteve comigo para revisar e fazer as pesquisas bibliográficas para este trabalho. À senhora toda a minha gratidão.; E aos meus familiares, que sempre estiveram comigo nas vitórias e derrotas, e me apoiaram em todos os momentos.

Aos meus mestres que, desde a educação infantil até a universidade, contribuíram para minha formação como profissional e como pessoa. Durante o ensino médio eu consegui compreender o valor do ensino público, e na universidade entendi a necessidade e a importância de lutar para que todos tenham acesso a uma educação pública de qualidade e gratuita.

Aos meus amigos, principalmente àqueles que me acompanharam durante a graduação: Andrew Pereira, Guilherme Omena, Angelica Reis, Ingrid Azevedo, Uadson Barros, Emanuelle Lopes e Yeshua Bittencourt; aos meus companheiros na volta para casa: Allef Chagas, Marcio Chagas e Jonatas Rufino. Àqueles que sofreram comigo e que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho: Raissa Nascimento, Leonardo Araújo, Bianca Araújo, Gessika Costa, Meiriele Vieira, Luana Carlos, Everes Calheiros, Jessica Mendonça e Danielle Lima.

Por fim, agradeço à Maria Julia Coutinho, que inspirou este trabalho e que todos os dias, mesmo diante do racismo, deixa claro que a competência se sobrepõe. Além de mostrar que é possível um profissional negro ganhar destaque em uma das empresas de comunicação mais importantes do país e ter seu trabalho devidamente reconhecido, fazendo com que jovens jornalistas negros perseverem na área por acreditar que também conseguirão chegar ao topo.

“Numa sociedade racista não basta não ser racista. É necessário ser anti-racista”.

- Angela Davis

RESUMO

O trabalho em questão tem como objetivo evidenciar que o trabalho do jornalista negro não possui a visibilidade necessária e que ainda existe preconceito diante destes profissionais. A problemática é demonstrada através de um panorama histórico, que vai desde a escravidão até a atualidade, abordando temas como a educação do negro, o racismo na mídia, o mercado de trabalho – em especial para o jornalista – e, por fim, elegemos alguns nomes de jornalistas negros alagoanos para falarmos sobre a suas trajetórias e seus trabalhos. Percebe-se que, devido a um fator histórico, as oportunidades de formação são menores, e em consequência disso temos um número menor de jornalistas negros e quando falamos em relação a visibilidade do jornalista negro e de seu trabalho o número é ainda menor.

Palavras-chave: Grande reportagem, Jornalista Negro, Jornalismo, Visibilidade do Jornalista, Alagoas.

ABSTRACT

The work in question aims to show that the work of the black journalist does not have visibility enough and that there is still prejudice towards these professionals. The problem is demonstrated through a historical panorama, ranging from slavery to the present, addressing issues such as black education, racism in the media, the job market, especially for the journalist and, finally, we chose some names of black journalists from Alagoas to talk about their trajectory and work. It is noticed that, due to a historical factor, the training opportunities are smaller, and as a result we have a smaller number of black journalists and when we talk about the visibility of the black journalist and their work the number is even smaller.

Keywords: Great reportage, Black Journalist, Journalism, Journalist Visibility, Alagoas.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	09
2. OBJETIVOS.....	11
2.1. GERAL.....	11
2.2. ESPECÍFICO.....	11
3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	12
3.1 REPORTAGEM.....	12
3.1.1 ENTREVISTA.....	14
3.2 JORNALISMO E VISIBILIDADE.....	15
3.3 WEBJORNALISMO	16
4. DETALHAMENTO TÉCNICO.....	18
5. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES.....	19
6. PROCESSO DE PRODUÇÃO JORNALÍSTICA.....	20
7. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	22
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	24
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	25
10.APÊNDICES.....	29

INTRODUÇÃO

A grande reportagem “A Visibilidade do Jornalista Negro em Alagoas” é uma produção de cunho social, que traz uma problemática atual, a fim de levantar uma discussão na sociedade sobre o tema. A ideia surgiu em uma das aulas de jornalismo impresso, quando o professor Freitas, da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), questionou aos alunos quem eram os jornalistas nos quais eles se espelhavam. Como era única aluna negra na sala, tentei lembrar de nomes de jornalistas negros, e apenas Maria Júlia Coutinho, que até então era a garota do tempo no Jornal Nacional, veiculado pela Rede Globo de televisão. Após a aula, tentei lembrar de outros jornalistas negros atuantes no Brasil, e acabei percebendo como ainda são poucos e, além disso, a maioria não tem uma visibilidade adequada do seu trabalho.

Assim, a grande reportagem seria sobre a história do jornalista negro no Brasil. Em conversa com a Professora Doutora Magnólia Santos, responsável pela disciplina de orientação em pré-projetos, me foi sugerido que o foco fosse voltado para os jornalistas no Estado de Alagoas. Começando as pesquisas, verifiquei que não existem muitos textos que abordem esse tema em específico. Em uma das reuniões de orientação ficou decidido que o tema falaria sobre a visibilidade do jornalista negro em Alagoas, uma vez que poucos conhecem o trabalho desses profissionais no Estado, mas sem esquecer do contexto histórico, pois mesmo tendo evoluído em vários quesitos, ainda são necessárias várias mudanças e melhorias no mercado estadual.

Inicialmente pensado para o formato de revista, foi detectada a necessidade de ampliar o alcance do conteúdo. Dessa forma, escolhemos a *internet* como plataforma e o formato de *web* reportagem.

No presente relatório está descrito o processo de produção do *blog* “Mãos Negras”, que foi apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) para graduação em Jornalismo, na Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Trata-se de uma página para a hospedagem de um ciclo de reportagens voltadas ao tema “A visibilidade do jornalista negro em Alagoas”, que mostra o contexto histórico e suas consequências, que influenciam na visibilidade do jornalista negro no Estado de Alagoas.

Esta reportagem foi dividida em cinco partes, onde será apresentado como ocorreu o processo de escravidão no Brasil, como eram dadas as condições do negro enquanto cativo e após o fim da escravatura, mostrando passo a passo como foi o processo para libertação dos escravos e as pressões sociais e econômicas que ocorreram para que a lei áurea fosse assinada. A fase inicial aborda também os jornais que os negros produziam durante o período da escravidão e após seu fim, mostrando que desde essa época o negro já se fazia presente na produção jornalística.

Na segunda parte, a reportagem retrata a educação do negro, desde o período da escravidão até os dias atuais, levando em consideração as ações afirmativas de inclusão do negro à escola, principalmente ao ensino superior com a política de cotas. Ela abordou também a discussão em torno dessa ação afirmativa que são as cotas raciais, que enquanto alguns acreditam que seja um método de reparação, outros acreditam que seja um atestado de incapacidade. A reportagem mostra também a opinião de figuras públicas sobre o tema.

A terceira parte tratou da mídia e o racismo, especialmente a questão do preconceito durante o exercício do trabalho jornalístico, mostrando também casos de discriminação, através das redes sociais, às figuras públicas negras, como a jornalista Maju Coutinho e a atriz Taís Araújo.

No quarto momento, a reportagem abordou o mercado de trabalho, inicialmente de forma geral, depois focado para os jornalistas, em especial a dificuldade que os estudantes de jornalismo possuem em encontrar emprego após sair da faculdade no Estado de Alagoas. A reportagem também traz a média de salários dos jornalistas no Brasil e explica como ocorreu a greve dos jornalistas no estado de Alagoas em julho de 2019.

Por fim, a reportagem fala sobre a visibilidade dos jornalistas negros e sobre a falta de pluralidade nas redações. Ela busca reconhecer os jornalistas negros alagoanos e, através de entrevistas, mostrar a realidade de um jornalista negro atuante e dos recém formados, buscando dar visibilidade ao trabalho destes que são desconhecidos do grande público.

Para realização deste projeto foram feitas pesquisas de campo, pesquisas bibliográficas e entrevistas. Esta grande reportagem utiliza um misto de técnicas de

reportagem e uma linguagem mais leve na busca por uma identificação do leitor e uma interação mais orgânica do público com o texto.

2. OBJETIVOS

2.1. GERAL

- Desenvolver uma grande reportagem sobre a visibilidade do jornalista negro em Alagoas

2.2. ESPECÍFICOS

- Realizar discussão sobre a falta de diversidade racial nas redações do Brasil e principalmente de Alagoas;
- Contextualizar o histórico do negro no Brasil indo desde a escravidão até hoje;
- Caracterizar os movimentos negros e os que são ligados diretamente ao jornalístico;
- Levantar a problemática da ação afirmativa das cotas raciais e a sua importância para a população negra;
- Caracterizar o mercado de trabalho alagoano e também a relação entre o negro, a mídia e o racismo;
- Questionar o motivo do trabalho dos jornalistas negros passar despercebido pelo grande público? mesmo com tantos profissionais competentes.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 Reportagem

Os primeiros jornais em circulação no mundo não tinham a reportagem como foco principal. Em sua maioria, o conteúdo era voltado para burguesia ou temas aristocráticos, os boletins faziam uma espécie de leitura do comércio e política local, informando a chegada e partida de navios, atos de pirataria e as guerras que estavam acontecendo no mundo.

Durante o século 19 ocorreu a revolução industrial e os jornais se multiplicaram pela Europa, assim como os leitores. Nessa época, os jornais deixaram de ser sustentados pelos leitores e passaram a trabalhar com anúncios. Além disso, surgiram os folhetins, as charges e as sátiras. Segundo Lage (p.5), os jornais eram considerados ora sensacionalistas, ora educadores. Nesse período surgiu a reportagem, pois os jornalistas da época se viram obrigados a mudar o modo como escreviam para se aproximarem da população. Os protestos não podiam mais ser tratados apenas como casos policiais, era preciso se aprofundar e mostrar o que acontecia de forma mais fiel à realidade, mostrando os dois lados da história, pois muitas vezes o relato oficial era invalidado antes mesmo de chegar aos folhetins.

Assim, se tornou função do jornalista formar opinião através de seu trabalho, pois através das grandes reportagens as rodas de conversas do trabalho ou até mesmo da vizinhança são pautadas, e isso acontece desde os primórdios do jornalismo como afirma Lage

A reportagem colocou em primeiro plano novos problemas, como discernir o que é privado, de interesse individual, do que é público, de interesse coletivo; o que o Estado pode manter em sigilo e o que não pode; os limites éticos do comércio e os custos sociais da expansão capitalista (LAGE, 2009, p. 6)

Os jornalistas e suas reportagens podem influenciar quais os assuntos que serão discutidos pela, mas eles não determinam como o público pensa em relação ao tema abordado.

É erro crasso exagerar o papel do jornalismo como ditador da opinião pública; mas tornou-se axioma do ofício - algo que nós, jornalistas, consideramos autoevidente - a convicção de que ele contribui positivamente quando exercido de maneira correta (LAGE, 2009, p. 8)

A grande reportagem tem como função desenvolver a pauta escolhida de uma forma mais profunda, podendo utilizar várias formas de abordagem, com intuito de se conectar com seu leitor. Esse tipo de gênero jornalístico busca, além de informar, formar a opinião dos leitores. Diferente do jornalismo diário, suas pautas podem ser frias, não necessariamente baseadas em notícias factuais, mas em um tema específico que permite ser desenvolvido e aprofundado, dando riqueza de detalhes aos leitores, o que acarreta em textos longos.

A reportagem visa atender a necessidade de ampliar os fatos para uma dimensão contextual e colocar para o receptor uma compreensão de maior alcance, objetivo melhor atingido na prática da grande reportagem, que possibilita um mergulho de fôlego nos fatos e em seu contexto e oferece ao seu autor uma dose ponderável de liberdade para superar os padrões e fórmulas convencionais do tratamento da notícia (PESSA, 2010, p. 2)

De acordo com Kotscho (2005, p. 71), as grandes reportagens são denominadas assim por buscar mostrar todos os pontos de vistas ligados ao tema, acarretando em textos longos que poderiam render livros.

Para este trabalho foi escolhido o formato de publicação em *blog*. Diante de tantas possibilidades, o formato de revista e publicação na *web* disputaram o espaço, porém por ser um meio mais acessível e com maior alcance de público, o formato de *blog* foi o eleito para hospedar esta grande reportagem. Este modelo é inovador e apropriado para aqueles que buscam, através da *internet*, material para estudo, além de ser versátil, pois dá oportunidade ao jornalista de trazer elementos históricos no próprio texto, por meio de *hiperlinks* que podem levar o leitor a se aprofundar ainda mais sobre um tema citado durante a leitura da reportagem ou posteriormente, uma vez que a internet possui imensas possibilidades de interação assim como explica Canavilhas:

A origem etimológica da palavra “texto” é “textum”, que significa tecido ou entrelaçamento. Na *Web*, o texto aproxima-se deste último significado: mais do que um mero conjunto de palavras ou frases organizadas segundo um conjunto de regras preestabelecidas, o texto transforma-se numa tessitura informativa formada por um conjunto de blocos informativos ligados através de hiperligações (*links*), ou seja, num hipertexto. A palavra hipertexto foi utilizada pela primeira vez nos anos 60 por Theodor Nelson, que definiu o

conceito como uma escrita não sequencial, um texto com várias opções de leitura que permite ao leitor efetuar uma escolha (CANAVILHAS, 2014, p. 4)

E também mostrar a realidade que se busca para a matéria.

O trabalho de reportagem não é apenas o de seguir um roteiro de apuração e apresentar um texto correto. Como qualquer projeto de pesquisa, envolve imaginação, *insight*: a partir dos dados e indicações contidos na pauta, a busca do ângulo (às vezes apenas sugerido ou nem isso) que permita revelar uma realidade, a descoberta de aspectos das coisas que poderiam passar despercebidos (LAGE, 2009, p. 35)

Esta grande reportagem procura ilustrar a realidade do jornalista negro em Alagoas, trazendo elementos técnicos, no formato de *blog*, com referencial histórico, conteúdo bibliográfico, além de entrevistas com jornalistas negros do estado de Alagoas.

3.1.1 ENTREVISTA

A entrevista e a pesquisa de campo são os principais meios de apuração que o jornalista possui para checar os fatos e compor sua reportagem. Segundo Lage 2009, existem cinco tipos de entrevista: (1) as rituais, que são mais breves, geralmente constituídas apenas pela fala do entrevistado; (2) as temáticas, onde o teor da entrevista é voltado a um tema específico, e se supõe que o entrevistado seja o especialista ou possua autonomia para falar sobre o assunto. Na maioria das vezes esse tipo de entrevista é utilizada para reafirmar a posição editorial. Existem também (3) as entrevistas testemunhais, onde o entrevistado geralmente relata uma experiência pessoal que possui relação com a notícia. E (4) as entrevistas em profundidade ocorrem quando a pauta é o entrevistado e/ou sua vida. Com relação às circunstâncias da entrevista, elas podem ser ocasionais, confrontos, coletivas, dialogais e, por fim, (5) as entrevistas exclusivas, aquelas que além de individuais são dadas a um único meio de comunicação geralmente para dar um anúncio ou informação importante.

Quando o telefone se popularizou, ele passou a ser aceito como um método para a realização de entrevistas, mas o resultado não é o mesmo de uma entrevista presencial, já que o telefone é muito útil na hora de apurar os fatos, mas extingue as condições que facilitariam uma entrevista, como um ambiente controlado e a

presença do entrevistado. Com os avanços tecnológicos e a popularização da *internet*, as entrevistas também passaram a ser realizadas de forma *online*, através de *e-mails* e aplicativos de conversas que, para Lage 2009, faz com que se perca a espontaneidade das respostas

A tecnologia mais recente permite a conversa oral e a presença da imagem do interlocutor na tela do computador - mais ou menos como acontece nos *links* de televisão. Ainda assim, a espontaneidade é menor do que nos encontros face a face. Por que? A resposta remete à complexidade dos fatores envolvidos em uma conversa. O resultado do encontro entre duas pessoas depende bastante da avaliação que uma faz da maneira como a outra está recebendo suas mensagens. A proximidade física permite uma aferição de resposta - um *feedback* - rápido, visual e auditivo, corriqueiro, a que nos acostumamos desde pequenos e que nos dá maior segurança (LAGE, 2009, p. 34)

Mas, se for bem conduzida, a entrevista *online* não deixa a desejar em nada para uma entrevista que foi cedida cara a cara. Ela é uma importante aliada em quesitos como distância ou a falta de tempo do entrevistado em comparecer pessoalmente à entrevista.

Para Lage, 2009, cabe ao repórter reconhecer seu papel na entrevista, já que “numa entrevista, a estrela é o entrevistado. Por mais conhecido ou vaidoso que seja o repórter, espera-se dele discrição, como coadjuvante que é, ao mesmo tempo, diretor de cena – e é esta a conduta profissional.” (2009, p. 35). Para uma boa entrevista, é necessário que o jornalista realize uma pesquisa prévia sobre o tema e o entrevistado, outro ponto importante é fazer perguntas a partir das respostas e saber conduzir a conversa evitando que o entrevistado fuja do tema proposto.

3.2 JORNALISMO E REPRESENTATIVIDADE

O jornalista tem como função informar a população e, nem sempre, o jornal diário permite que temas como os que envolvem o movimento negro sejam abordados de forma recorrente, ou da maneira como deveriam. Quando ligamos a televisão no noticiário é comum vermos negros sendo expostos nas manchetes policiais, de forma negativa, porém é raro quando vemos o negro em posto de destaque de forma positiva, como apresentando os telejornais, pois nem sempre as conquistas do povo negro tem a sua importância reconhecida.

O jornalismo é um discurso datado: cada texto parte de um contínuo que reflete o conflito entre os interesses de quem manda e as preocupações e angústias de quem obedece em cada campo de relações da sociedade: governo e povo, médicos e pacientes, escolas e estudantes, etc (LAGE, 2009, p. 15)

O jornalista, no momento de escolher a pauta para sua reportagem, verifica a noticiabilidade do tema e a pertinência de abordá-lo para a sociedade, assim, cabe ao bom jornalista gerar na sociedade interesse por tais temas através de seu trabalho a fim de trazer representatividade para o jornalismo brasileiro e alagoano.

O primeiro papel da mídia é informar ou, em linguagem crua, vender informação. O bom jornalista é aquele que sabe escolher temas de interesse e consegue transmitir a informação de forma correta e atraente. A credibilidade da notícia é fundamental para incrementar a qualidade de seu produto. O apelo é crucial para garantir sua venda. (VILAS BOAS, 2005, p. 21)

3.3. JORNALISMO NA WEB

Com os avanços tecnológicos, o jornalismo precisou se adaptar e se aventurar no mundo virtual. A técnica de pirâmide invertida é utilizada universalmente no jornalismo escrito (impresso), mas segundo Canavilhas, (2014, p. 9), como na internet não existe limitações de espaço, o jornalista não possui essencialmente a necessidade de cortar o conteúdo, podendo inseri-lo de forma integral, desde que este seja necessário para que o leitor consiga captar a mensagem. Mas alerta:

Por outro lado, a heterogeneidade própria de um público global é de tal ordem que a organização dos factos por ordem de importância esbarra na diversidade de interesses característicos de uma audiência global. A proximidade, um dos critérios de noticiabilidade mais relevantes, perde o sentido quando o conteúdo é disponibilizado para todo o globo e, muitas vezes, em mais do que uma língua (CANAVILHAS, 2011, p. 9)

O hipertexto surge para auxiliar nesta questão, pois deixa o texto objetivo, mas permite que o leitor, caso deseje, se aprofunde em um determinado tema abordado na reportagem. É importante frisar que o texto inicial precisa ser independente e coeso, caso o contrário o leitor ficaria perdido e totalmente dependente da continuidade oferecida pelo hipertexto.

Existe um debate sobre como seria a estrutura do texto jornalístico na internet, e alguns acreditam que a pirâmide invertida seria a melhor opção, mas outros defendem que a *web* deve ter uma estrutura de texto próprio

De uma forma geral, pode dizer-se que as notícias na Web devem obedecer a arquiteturas abertas e interativas, permitindo uma resposta mais eficaz a duas tipologias de leitores: 1) os que procuram uma informação específica, e por isso estão disponíveis para explorar itinerários pessoais de leitura; 2) os que simplesmente navegam numa notícia e precisam de ser guiados pelas qualidades estruturais do formato (Lowrey e Choi, 2006). Esta situação remete para técnicas específicas de redação hipertextual e para arquiteturas abertas, existindo alguma variedade de propostas (CANAVILHAS, 2011, p. 10)

Caroline Rich (1998) é uma das autoras que defendem um estilo não linear para estrutura do texto jornalístico na *web* de acordo com o que escreveu Canavilhas (2011,p. 10). Ela defende que a arquitetura da informação precisa se adaptar aos diferentes tipos de notícia, que tem como base um elemento principal através do qual o leitor consiga compreender o contexto geral da notícia. A partir disso seriam criados blocos informativos que iriam seguir uma linha do tempo ou fazer parte do próprio texto, que é basicamente o estilo utilizado para realização da grande reportagem razão deste relatório.

Outra questão que Lage, expressa é que com a *internet* os custos para a produção de conteúdo diminuíram, assim como também os custos para a produção jornalística. “A revolução cibernética baixou custos na indústria jornalística, viabilizando expansão notável de informação especializada, quer por assunto, quer pelo perfil do leitor, quer pela intenção política.” (2009, p. 68). Com a expansão do alcance da notícia começaram a circular uma série de informações falsas, principalmente durante as eleições presidenciais de 2018, onde se especula que foram contratados robôs para disparar mensagens contendo *fake news* sobre os candidatos de oposição ao atual presidente da república Jair Messias Bolsonaro. Assim, o papel do jornalista é apurar os fatos e se basear em fontes confiáveis, para dar ao seu leitor um conteúdo de qualidade e confiável.

4. DETALHAMENTO TÉCNICO

A VISIBILIDADE DO JORNALISTA NEGRO EM ALAGOAS

O blog “Mãos Negras” pertencente a plataforma *Tumblr*, onde se encontra hospedada a grande reportagem “A Visibilidade do Jornalista Negro em Alagoas” tem a seguinte ficha técnica:

THEME:

Chronicle (modeloadrão oferecido pela plataforma), criado por *Giraffic Themes* em 2017.

CORES:

Background: #ffffff

Blockquote Border: #eeeeee

Border: #dededc

Date: #666666

Header Background: #000000

Header Overlay: #e85350

Header Text: #ffffff

Header Text Border: #ffffff

Header Description: #ffffff

Link: #e85350

Link Underline: #eeeeee

Header Nav: #ffffff

Secondary: #b5b5b5

Sidebar Background: #333333

Sidebar Link: #ffffff

Sidebar Border: #383838

Text: #000000

Título: #000000

FONTES UTILIZADAS:

Header: *Open Sans, sans-serif*

Título: *Open Sans, sans-serif*

Date: *Merriweather Sans, sans-serif*

Secondary: *Source Sans Pro, sans-serif*

Body: *Merriweather, seri*

5. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Tarefas/Meses	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar
Pesquisa Bibliográfica	X	X	X	X	X	X	X	
Pautas e matérias	X	X	X	X				
Diagramação					X	X	X	X
Revisão						X	X	X
Relatório				X	X	X	X	X
Defesa do TCC							X	X

6. PROCESSO DE PRODUÇÃO JORNALÍSTICA

O processo de construção deste trabalho se deu em três etapas: escolha do conteúdo, produção e diagramação. Durante o processo de criação da grande reportagem, procurou-se trazer conteúdos que ajudassem a entender um contexto histórico do negro no Brasil antes de falar dos casos específicos de Alagoas.

O levantamento das fontes foi realizado com o auxílio da *internet*, e a partir dos contatos realizados durante a greve dos jornalistas, além do Sindicato dos Jornalistas de Alagoas (Sindjornal). A conversa com os personagens foi realizada através de agendamentos de entrevistas via *e-mail* ou aplicativo de mensagens, de acordo com a disponibilidade dos entrevistados.

As pautas para a produção da grande reportagem foram divididas por setores. Primeiramente foi feita a reportagem sobre o contexto histórico e a escolarização dos negros através de pesquisa em arquivos públicos e materiais sobre a história do Brasil, além de artigos publicados em periódicos de universidades do país.

Depois foi necessária a participação em eventos de promoção à igualdade social, para entender como funcionam as políticas públicas para esta população específica e também para conhecer melhor o movimento negro no Estado. Nesses eventos foram feitos contatos que renderam entrevistas para produção de uma das matérias que constituem a grande reportagem. Todos os eventos foram realizados em Maceió.

Alguns dos contatos com os entrevistados foram feitos através de amigos da universidade. Durante o processo de produção da grande reportagem ocorreu a greve dos jornalistas, onde foi possível vivenciar um acontecimento histórico para os jornalistas de Alagoas e do Brasil, já que a categoria conseguiu não só barrar a redução de 40% do piso salarial, mas também, através da justiça, um reajuste salarial. Desta forma foi possível coletar dados referentes ao mercado de trabalho para o jornalista alagoano, que foram acrescentados ao trabalho.

Esta grande reportagem está dividida em cinco matérias, que unidas montam a problemática do porquê os trabalhos dos jornalistas negros de Alagoas não possuem a visibilidade merecidas. Sendo estruturada da seguinte forma:

- **Contexto Histórico** - Como tudo começou? Da escravidão à assinatura da Lei Áurea, quais as consequências e condições de vida da população negra?;
- **Educação** - Como funcionava a educação da população durante o período da escravidão? Após a sua abolição, as coisas mudaram? Qual o nível de escolaridade da população negra no Brasil? Quantos possuem ensino superior? Quais são as políticas públicas que tentam mudar essa realidade? A polêmica da ação afirmativa de cotas: Reparação ou Atestado de incapacidade? O negro na faculdade de jornalismo e a experiência de recém formados;
- **Representatividade, Mídia e Racismo** - Quem são os negros que se encontram na mídia? Quais são as políticas públicas de inclusão e que promovem a igualdade racial? Quais são os movimentos que lutam pela igualdade racial no Brasil e em Alagoas? Qual a diferença entre injúria racial e racismo? Como denunciar casos de racismo?;
- **Mercado de trabalho** - Como se encontra o mercado de trabalho no Brasil? Como ter experiência se não dão oportunidade? Como ser um recém formado em jornalismo e negro em Alagoas? A greve dos jornalistas e suas consequências;
- **Nomes de jornalistas negros em Alagoas** – Por que vemos tão poucos jornalistas negros nas redações? alguns nomes de jornalistas negros em Alagoas.

Com a conclusão dos textos, começou o processo de criação do *layout* do *blog* que hospeda a grande reportagem, buscando sobriedade, mas que também fosse atrativo ao leitor, fazendo ligação com o tema da grande reportagem, levando em consideração o perfil editorial do webjornalismo. O HTML, código de letras e números utilizados para criação do layout do blog, foi disponibilizado pela própria plataforma, de forma gratuita e totalmente personalizável. Foram selecionados tons minimalistas para dar um foco maior ao texto.

O *blog* ganhou o título de “Mãos negras”, pois nele todas as histórias apresentadas serão escritas por mãos negras e, em sua maioria, contarão a vida de pessoas negras, no intuito de ser um espaço onde é dada a devida importância a voz dessa população.

7. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A reportagem “A visibilidade do Jornalista Negro em Alagoas” busca, de forma cronológica e com linguagem própria, mostrar porque é difícil ver negros em posição de chefia e destaque, não só no jornalismo mas também em outras áreas. Iniciando com a chegada dos negros ao Brasil, através dos navios negreiros, as condições que a eles eram impostas durante a escravidão, tais como miséria, tortura e trabalhos forçados. Também mostra qual a relação do jornalismo com a escravidão e a existência da imprensa abolicionista. A partir da abolição da escravatura a população negra se marginalizou, e passou a se aglomerar em regiões montanhosas, que hoje são conhecidas como as favelas, e sem a educação necessária partiu para os trabalhos braçais.

Ao falar sobre a educação da população negra, citamos a imposição dos aliados comerciais do país por uma população que fosse livre e economicamente ativa. Afinal, os produtos importados precisavam ser comprados e com uma população escrava isso não era possível. Na época, não houve um investimento na educação dos recém libertos e muitos deles eram excluídos desses espaços devido a uma questão clara de racismo. O que fez com que a maior parte da população negra estivesse em desvantagem diante dos “brancos”.

Através de investimentos do governo em programas de assistência e na educação é que os negros passaram a ter o começo de paridade com a população branca. Mas mesmo 132 anos após seu fim, a escravidão ainda possui influência na vida da população negra do Brasil. Dessa forma, é incorreto afirmar que todos possuem oportunidades iguais, como defende uma parte da população acadêmica e brasileira, que veem a ação afirmativa de cotas como um privilégio ou um atestado de incapacidade para os negros. Mas mesmo com as ações afirmativas e os investimentos feitos na educação ainda é pequeno o número de alunos negros em sala de aula se comparados com os alunos brancos. Fica evidente, através das reportagens, que o número de negros nas universidades teve um aumento significativo, porém há um vasto caminho para que todos tenham oportunidades iguais.

Na reportagem apresentada sobre o racismo e a relação dele com quem está na mídia, é possível notar que o racismo é estrutural dentro do Brasil e que é

necessário percorrer um longo caminho para que este tipo de crime não exista mais. Todos os dias o brasileiro negro sofre algum tipo de preconceito ou ato racista. E isto pode se agravar quando o mesmo está em uma posição de destaque e inserido na mídia. A jornalista Maria Júlia Coutinho, mais conhecida como Maju, atual apresentadora do Jornal Hoje, sofreu ataques racistas em uma de suas imagens na *Fan Page* do Jornal Nacional no *Facebook*. Na época, Maju apresentava o informações sobre o clima. Logo se seguiu um movimento em apoio a jornalista, com a *hashtag* #SomosTodosMaju, que teve seus agressores identificados e processados, além de ter seu trabalho reconhecido de maneira nacional.

O Brasil, dentro dos últimos cinco anos, tem visto a taxa de desemprego aumentar e os jovens recém formados são os mais prejudicados, uma vez que a maioria das empresas exigem experiência, mas não estão dispostas a proporcionar isso ao jovem desempregado. Em relação ao mercado de trabalho para o jornalista, as oportunidades são ainda mais escassas longe dos grandes centros, principalmente em Alagoas onde as relações de trabalho para o jornalista, são baseadas em indicações políticas. E para o jornalista jovem e negro, é necessário que seja duas vezes mais competentes, para poder justificar a contratação de uma pessoa fora do padrão.

No vídeo é raro vermos negros como repórteres, e como âncoras essa realidade é ainda mais distante. No ano de 2019 foi realizada a greve histórica na luta contra a proposta das principais empresas de comunicação do Estado de reduzir em 40% o piso salarial dos jornalistas de Alagoas. Depois de nove dias de paralisação, a categoria conseguiu, junto ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT), barrar a proposta e também um reajuste de 0,75% em cima do valor do piso atual. Após a greve, muitos dos profissionais foram demitidos como forma de retaliação. Mas a categoria provou que, se unida, é possível vencer.

Em uma pesquisa rápida, é possível notar que os jornalistas negros alagoanos são praticamente desconhecidos do grande público. Alagoas possui vários jornalistas negros competentes, mas que muitas vezes tem seu papel de destaque excluído, devido a não se encaixar em um padrão. Entrevistar e mostrar um pouco do trabalho de alguns destes jornalistas no *blog* Mãos Negras foi a forma encontrada de fazer com que o público conheça e reconheça esses profissionais.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente relatório vem mostrar o processo de construção e reestruturação da grande reportagem “A visibilidade do jornalista negro em Alagoas” que, pioneira, mostra desde a chegada dos primeiros africanos ao Brasil, que na condição de escravos viveram em condições subumanas e foram excluídos de possuir algum grau de instrução acadêmica, uma vez que eram vistos como mercadorias e não como pessoas. Por 300 anos isso aconteceu e mesmo após ganharem sua liberdade ainda encontravam dificuldades no acesso a educação, pois o negro tinha que escolher realizar trabalhos braçais para ganhar pouco e ter o que comer ou estudar.

Além dessa escolha, muitas vezes os negros eram impedidos de frequentar as salas de aula por puro preconceito, o que gera consequências até hoje. Mais de 50% da população brasileira é negra e mais da metade dos brasileiros pertencem as classes D e E, e a população negra do Brasil compõe menos de 20% dos universitários do país. Seguindo a sequência lógica, vamos ver poucos negros com ensino superior, assim teremos poucos negros nos cargos de chefia e menos de 3% dessa população entre os mais ricos do país. Ver o negro em lugar de destaque é raro pelos motivos já citados, mas além de disso tudo ainda há o preconceito devido a cor da pele.

Em pleno século 21, ainda existem as pessoas que julgam a capacidade profissional pela cor da pele. No âmbito do jornalismo, além do julgamento sobre a capacidade profissional, o jornalista negro diversas vezes não se encaixa dentro de um padrão de beleza estipulado por uma sociedade racista. Ele pode ser contratado e, mesmo competente, muitas vezes não possui o devido reconhecimento e visibilidade do grande público, por sua imagem não se encaixar dentro desse padrão. Ser Negro no Brasil é ter que se mostrar dez vezes mais competente que um profissional branco e receber um salário inferior ocupando o mesmo cargo. Ser jornalista negro é ver pessoas brancas recebendo mais oportunidades de emprego ou até mesmo promoções, mesmo não sendo tão competentes e/ou não tendo a mesma experiência.

Conclui-se que é necessário que existam outros debates e pesquisas acerca do tema, para encontrar meios de modificar a realidade atual e dar a devida visibilidade aos trabalhos e carreiras dos jornalistas negros do Estado de Alagoas.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras. Disponível em:

<https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/Relatorio_A_distancia_que_nos_une.pdf>. Acesso em 07 de dezembro de 2019.

A presença Negra em Alagoas faz resgate das raízes históricas alagoanas.

Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/presenca-negra-em-alagoas-faz-resgate-das-raizes-historicas-alagoanas/>>. Acesso em 07 de dezembro de 2019.

AGUIAR, Leonel Azevedo de. Entretenimento: valor-notícia fundamental. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 5, n. 1, p. 13-23, jun. 2009.

Alagoas: Berço da resistência negra, mas exclusão é realidade. Disponível em:

<<https://www.cadaminuto.com.br/noticia/195761/2012/11/20/alagoas-e-o-berco-da-resistencia-negra-mas-exclusao-social-ainda-e-realidade>>. Acesso em 07 de dezembro de 2019.

ALVES, Caroline et al, Natália. **OS ASPECTOS POSITIVOS DE JORNALISMO DE REVISTA UNIVAP.** XIII Encontro Latino Americano de iniciação científica. Universidade do Vale do Paraíba, 2009.

BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CANAVILHAS, João. **Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença.**

LabCom, 2014. Disponível em: <http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/20141204-201404_webjornalismo_jcanavilhas.pdf> Acesso em 01 de março de 2020.

COSTA, Craveiro. **Alagoas em 1931.** Costa, Craveiro. Alagoas, 1932.

COSTA, Fabiano. **Pará tem maior percentual dos que se declaram pretos ou pardos, diz estudo: São 76,7%, segundo mapa da Secretaria da Igualdade Racial e do IBGE. Levantamento diz que BA tem mais pessoas autodeclaradas negras (17%).** Brasília. G1. 2013 Disponível em:

<<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/11/para-tem-maior-percentual-dos-que-se-declaram-pretos-ou-pardos-diz-estudo.html>>. Acesso em 07 de dezembro de 2019.

COTAS RACIAIS. Disponível em:

<<https://brasilecola.uol.com.br/educacao/sistema-cotas-racial.htm>>. Acesso em 07 de dezembro de 2019.

COTAS RACIAIS. Disponível em: <<http://sistema-de-cotas.info/cotas-raciais.html>>. Acesso em 07 de dezembro de 2019.

COTAS RACIAIS. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html>>. Acesso em 07 de dezembro de 2019.

CRUCIANELLI, Sandra. **Guia de Ferramentas Digitais para Jornalistas 2.0.** Moçambique, Irex, 2013.

Descrita como heroína, Dandara, mulher de Zumbi, tem biografia cercada de incertezas. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/historia/descrita-como-heroína-dandara-mulher-de-zumbi-tem-biografia-cercada-de-incertezas-14567996>>. Acesso em 07 de dezembro de 2019.

Diferença cai em 2015, mas negro ganha cerca de 59% do salário do branco. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2016/01/28/diferenca-cai-em-2015-mas-negro-ganha-cerca-de-59-do-salario-do-branco.htm>>. Acesso em 07 de dezembro de 2019.

Estrada, Osório Duque. **A abolição.** Brasília, Senado Federal, Conselho Editorial, 2005 Disponível em < <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/1118> > Acesso em 01 de março de 2020

FUENTES, Leticia. **Emprego: falta de experiência é barreira para 77% dos jovens.** São Paulo, Grupo Abril, 2018. Disponível em <<https://veja.abril.com.br/economia/emprego-falta-de-experiencia-e-barreira-para-77-dos-jovens/>>. Acesso em 01 de março de 2020.

GOULART, Alexander. **Uma lupa sobre o jornalismo de revista. Observatório da imprensa,** 2006. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=388DAC001>> Acesso em 23 de março de 2019.

KOTSCHO, Ricardo. **A prática da reportagem.** São Paulo: Ática, 2005. 80 p.

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística.** 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

LESME, Adriano. **Cotas raciais; Brasil Escola.** Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/educacao/sistema-cotas-racial.htm>>. Acesso em 07 de novembro de 2018.

MARTINS, Raphael. **Entre graduados, brancos ainda ganham 47% mais que negros.** São Paulo. Grupo Abril. 2015. Disponível em:

<<https://exame.abril.com.br/brasil/entre-graduados-brancos-ainda-ganham-47-mais-que-negros/>>. Acesso em 07 de dezembro de 2019.

Negros no Brasil: quem foi Dandara dos Palmares?. Disponível em: <<http://nossacausa.com/negros-no-brasil-quem-foi-dandara-dos-palmares/>>. Acesso em 07 de dezembro de 2019.

O Dia em que a Notícia parou. Disponível em: <<https://www.agenciatatu.com.br/noticia/a-greve-dos-jornalistas/>>. Acesso em 07 de dezembro de 2019.

Panorama Das Cidades – Cidade De Maceió. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/maceio/panorama>>. Acesso em 01 de março de 2020.

PEREIRA JÚNIOR, Luiz Costa. **A apuração da notícia: Métodos de investigação na imprensa.** Petrópolis: Editora Vozes Ltda., 2006.

Perfil Social, Racial E De Gênero Das 500 Maiores Empresas Do Brasil E Suas Ações Afirmativas. Disponível em: <https://www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2016/05/Perfil_Social_Tacial_Genero_500empresas.pdf>. Acesso em 01 de março de 2020.

PESSA, Bruno. **Aproximações Entre Jornalismo Literário e Imprensa Alternativa.** In: 6º Interprogramas de Mestrado da Faculdade Cásper Líbero, 11, 2010, São Paulo, SP. Anais... São Paulo: Faculdade Cásper Líbero, 2010. Disponível em: <<https://casperlibero.edu.br/mestrado/interprogramas/textos-completos-2010>>. Acesso em 27 de fevereiro de 2019.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **De Pele Escura e Tinta Preta: A Imprensa Negra do Século XIX (1833-1899).** Brasília, Universidade de Brasília, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6432/1/Ana%20Flavia%20Magalhaes%20Pinto.pdf>>. Acesso em 01 de março de 2020.

PINTO, Ana Flávia Magalhães

SCALZO, M. **Jornalismo de Revista.** 4 ed, São Paulo: Contexto, 2011.

SILVA, Marcella de Holanda Padilha Dantas da. **IDENTIDADE RACIAL E SISTEMA DE COTAS: UM ESTUDO PSICOSSOCIAL COM ALUNOS NEGROS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS.** Maceió, 2007. Disponível em: <<http://abepsi.org.br/premiosilvialane/vencedores-1-edicao/MarcelladeHolandaPadilha170.pdf>>. Acesso em 07 de dezembro de 2019.

Situação social da população negra por estado. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. – Brasília: IPEA, 2014. Disponível em: <<https://inegalagoas.files.wordpress.com/2014/04/dados-da-populac3a7c3a3o-negra-por-estado-ipea.pdf>>. Acesso em 01 de março de 2020.

TENÓRIO, Douglas Apratto. **A PRESENÇA NEGRA E A IDENTIDADE ALAGOANA: Mirando o passado, verificamos que o primeiro negro apareceu em Alagoas quase na mesma época em que o branco.** Alagoas. Gazeta de Alagoas. 2014. Disponível em: <<http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=254807>>. Acesso em 07 de dezembro de 2019.

Teófilo Lins, jornalista, sindicalista e radialista. Disponível em: <<https://www.historiadealagoas.com.br/teofilo-lins.html>> Acesso em 01 de março de 2020.

VIEIRA, Isabela. **Percentual de negros em universidades dobra, mas é inferior ao de brancos.** Rio de Janeiro, Agência Brasil, 2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-12/percentual-de-negros-em-universidades-dobra-mas-e-inferior-ao-de-brancos>>. Acesso em 07 de dezembro de 2019.

VILAS BOAS, Sergio. **Formação e informação científica.** São Paulo: Summus.

APÊNDICES

O BLOG MÃOS NEGRAS

Disponível em < <https://maosnegras.tumblr.com/> > Acesso 09 de Março de 2020



O NEGRO COMO MERCADORIA

8th March 2020

A história da escravidão no Brasil.

APÊNDICE A : Imagem inicial do Mãos Negras



O PASSADO AINDA SE FAZ PRESENTE

8th March 2020

Entenda as consequências da escravidão brasileira na educação da população negra.

O Brasil possui um grande número de negros analfabetos. Segundo dados do IBGE, até 2017 o índice de analfabetismo entre os negros e pardos no Brasil era de 9,3%, enquanto o percentual entre os que são considerados “brancos” é de apenas 4%. Tal diferença é uma consequência do tratamento dado aos negros durante a escravidão e após seu fim.

No ano de 1824, a constituição estabelecia que “a instrução primária é gratuita a todos os cidadãos”. Nessa época, eram caracterizados como cidadãos “os que eram nascidos livres, libertos ou ingênuos”. Assim, a legislação brasileira negava aos escravos o direito de frequentar os ambientes escolares, já os libertos e nascidos livres poderiam obter a educação primária, mas sua presença nos ambientes escolares ainda sofria resistência da elite branca.

[...] durante o império, várias legislações foram criadas para a instrução nas províncias, as quais, por vezes, impediam a entrada de negros livres ou cativos nas escolas públicas e particulares; outras apenas apresentavam restrições com relação à condição jurídica do negro. (SANTOS, 2011, p.12).

APÊNDICE B: Estrutura da Reportagem no Blog Mãos Negras

O RACISMO E A MÍDIA

8th March 2020

A relação do negro com os meios de comunicação na era digital.

O Brasil é o país que possui a segunda maior população negra do mundo, perdendo apenas para Nigéria. Os negros equivalem a 54% dos brasileiros, mas mesmo assim o país ainda sofre com o racismo. Entrar em uma loja, dirigir o próprio carro, andar na orla, esquecer os documentos, expressar sua religião, usar um penteado diferente são atitudes cotidianas, mas para a população negra pode ser motivo de olhares desconfiados e abordagens impróprias.

Pelo menos uma vez na vida algum negro passou por situações constrangedoras por causa de sua cor. Se um homem branco está dirigindo um carro importado não existem questionamentos sobre a procedência do carro, mas em uma mesma situação, um homem negro pode ser confundido com um empregado ou com um ladrão. Essas situações nos mostram como o Brasil tem enraizado um preconceito por pessoas de cor. Mesmo sendo considerado um país miscigenado, é possível perceber que o racismo ainda se encontra presente todos os dias, seja de forma velada ou explícita, mas muitos dos casos não são denunciados por medo ou vergonha, criando um clima de impunidade.

O Racismo e a Injúria Racial são considerados crimes no Brasil, e muitos acreditam que eles possuem o mesmo significado, mas para o código penal eles têm conceitos diferentes. O racismo é caracterizado pela conduta

APÊNDICE C: reportagem no Mãos Negras

Entenda os Caminhos que levaram a Greve dos jornalistas de Alagoas e as suas consequências.



Fonte: Instagram Sindjornal

Segundo o presidente do Sindicato dos Jornalistas de Alagoas, Izaias Barbosa, desde fevereiro o sindicato tentava negociar com as empresas de comunicação, entregando propostas referentes ao reajuste de salário anual, mas não chegaram a um consenso.

“Após duas reuniões sem propostas, na última reunião realizada dia 25 de abril, as empresas entregaram a proposta de redução salarial de 40%. Como tínhamos o aval da categoria para decidir qualquer coisa que não fosse favorável, não aceitamos a proposta e não chegamos a um acordo, nós entramos com um pedido de dissídio. Caso houvesse uma negociação e acordo, era só retirar o processo. No total foram oito propostas que fizemos às empresas, e em contrapartida eles não apresentaram nenhuma proposta fora essa de redução de 40% dos salários”, explicou.

APÊNDICE D: Reportagem com imagens no Mãos Negras

APÊNDICE E: GRANDE REPORTAGEM

ESCRAVIDÃO, A IMPRENSA E A RESISTÊNCIA

Segundo o dicionário, escravo é “aquele que privado da liberdade, está submetido à vontade de um senhor a quem pertence como propriedade ou aquele que trabalha como serviçal, criado, ou servo”. Em meados do século 16 ao século 18, a cana de açúcar foi a principal riqueza agrícola e industrial do Brasil. O cultivo da cana foi introduzido em três capitanias: Pernambuco, Bahia e São Vicente, e como isso fez com que surgisse uma maior necessidade de mão de obra, a solução encontrada foi a do trabalho escravo.

Os escravos que chegavam ao Brasil vinham de vários países da África e alguns até faziam parte de famílias nobres. Os cativos eram capturados e trazidos ao país em condições de miséria e durante o trajeto muitos morriam devido a doenças, maus tratos e fome. Assim que entravam em nossas terras, os negros eram separados daqueles que compartilhavam o mesmo idioma e cultura, a fim de impedir a comunicação entre eles.

A escravidão negra se tornou intensa no Brasil durante o período de 1700 a 1822, devido ao aumento do tráfico negreiro. As situações de miséria e exploração às quais os negros foram submetidos eram justificadas através de discursos com base em pensamentos religiosos que afirmavam a superioridade branca e os seus privilégios, vindos dos portugueses, e isso foi o que deu início ao que chamamos racismo. O negro era tratado como um bem e era sinônimo de riqueza, pois quanto mais escravos um senhor possuía, mais rico ele era considerado. O senhor tinha a possibilidade de alugar, leiloar, vender e emprestar o seu escravo se assim o quisesse.

A Independência teve um papel fundamental para impulsionar o movimento abolicionista e era isso que muitos dos poderosos da época temiam. Eles acreditavam que a Independência chegaria às senzalas com o sentimento “impróprio” de liberdade. Mas ao mesmo tempo, a elite brasileira estava cansada de ser controlada pela coroa portuguesa e queria mais autonomia no controle do Estado. É importante frisar que as lutas para independência tiveram a participação da população negra.

Após o processo de Independência, o Brasil começou a ser pressionado por seus parceiros comerciais, principalmente a Inglaterra, a pôr um fim na escravidão, pois uma vez que os escravos não possuíam poder aquisitivo, eles não podiam adquirir os produtos que eram importados para o país, tornando insustentável o sistema capitalista e o desenvolvimento econômico do comércio.

Assim, em 1826, o Brasil assinou uma convenção junto com a Inglaterra, onde ficava determinada a abolição do tráfico de africanos pelas duas partes. E em 7 de novembro de 1931 essa lei foi ratificada, dando poder legislativo para o pacto internacional. Mas mesmo após a aprovação desta Lei o tráfico africano continuou presente, na forma de contrabando, que só veio ter um fim definitivo em 4 de setembro de 1850, com a aprovação da Lei Eusébio de Queirós, que estabelecia duras penas a quem realizasse este tipo de prática.

Em 1868 houve a ascensão dos conservadores no comando do governo, adiando assim a proposta da reforma abolicionista. Dois anos depois, Teodoro Machado, então Ministro da Agricultura, propôs um projeto que mais tarde se tornaria a Lei Rio Branco, mais conhecida como Lei do Ventre Livre, que só foi homologada em 1871. Esta lei previa a libertação dos filhos das escravas que nascessem a partir da homologação desta lei. Duque Estrada (1982) afirma que esta Lei serviu apenas para alimentar a ilusão dos abolicionistas, pois na verdade as condições impostas na lei faziam com que a crianças negras vivessem em “cativeiro” até a maioridade:

A lei de 28 de setembro que 1871, que tão acesa campanha provocara no parlamento e na imprensa, e fora considerada naquele tempo como uma vitória do abolicionismo, estava, no entanto, muito longe de satisfazer os espíritos liberais, sobretudo pela condição extravagante e precária em que deixava os nascituros, sujeitos, até a maioridade, em um regime legal de opressão que pouco diferia do cativeiro (Estrada, **1982**, p.77)

Na opinião de Duque Estrada, a lei aprovada desta forma fez com que o regime de escravidão fosse prolongado por mais cinquenta anos.

Durante todo o século 19, os negros começaram a se unir de forma organizada por meio de irmandades religiosas e sociedades mutuaras, a fim de lutar contra as desigualdades sociais, pela liberdade dos que ainda eram cativos e algumas dessas organizações também tinham a intenção de alfabetizar a população negra.

A imprensa não ficava de lado na luta pelo fim da escravidão. “O mulato” ou “O homem de cor” como também era conhecido, foi um jornal que nasceu em 1833 e tinha como objetivo reconhecer a cidadania dos afrodescendentes e denunciar a situação dos negros no país. É certo que a maioria da população negra não sabia ler, por isso a leitura dos periódicos era feita de forma conjunta para que todos tomassem conhecimento do que estava acontecendo no Brasil.

As vozes de Luís Gonzaga das Virgens, João de Deus, Lucas Dantas e Manuel Faustino ampliaram as fronteiras da comunicação interpessoal e espalharam-se pela cidade entre livres, libertos e escravizados, reivindicando uma sociedade em que pessoas valessem por seus talentos e virtudes e não pela cor de sua pele (PINTO, 2006, p. 20)

Rui Barbosa e Luís Gama foram alguns dos grandes nomes que reivindicavam a abolição da escravatura no Brasil. Nas publicações de “O Radical Paulistano”, eles criticavam o governo devido à demora no processo de libertação dos escravos no Brasil, já que em comparação aos outros países nosso governo estava em atraso, uma vez que os outros já haviam abolido a escravidão. Jornais como “O Homem de cor”, “O brasileiro Pardo” e “o Cabrito” tiveram grande importância, pois eram escritos por homens negros e, deste modo, conseguiam transmitir o verdadeiro sentimento da população negra e suas inquietações.

Após várias lutas e a realização da Confederação Abolicionista, que garantiu a liberdade dos escravos em alguns estados do país, no dia 13 de maio de 1888 a princesa imperial regente Isabel, em nome do Imperador Dom Pedro II, sancionou a lei que tornou extinta a escravidão no Brasil.

À medida que o trabalho escravo era substituído pelo trabalho livre, os negros iam sendo marginalizados por terem pouca instrução. Com a proposta de branqueamento do Brasil e a vinda dos imigrantes europeus, se tornou mais difícil para as pessoas de cor conseguirem empregos de cunho intelectual. Ana Flavia Magalhães Pinto (2006) ressalta que os interesses da elite branca sempre prevaleciam sobre os direitos das pessoas de cor:

A virada do século XVIII para o XIX assistiu, dessa feita, a novas estratégias forjadas por pessoas negras no intuito de se esquivarem dos tentáculos da ordem escravista. O próprio desenvolvimento dos espaços urbanos brasileiros manteve a estreita relação com as possibilidades de ascensão social do contingente de livres e libertos. Idealizadas como regiões fecundas para os sonhos de liberdade de muitos (PINTO, (2006), p.20)

Assim como Pinto, Machado de Assis fez questão de descrever em suas obras essa triste realidade, com intuito de transmitir que a ideia de igualdade difundida pelo Estado não passava de uma ilusão. Mas apesar de realizar este processo de branqueamento com o incentivo dos imigrantes europeus, o Estado não conseguiu apagar a presença negra do Brasil.

De qualquer janela que quisermos ver o horizonte do Brasil, fatalmente iremos deparar com a presença negra. Sabem porquê? Simplesmente porque existe uma história do negro sem o Brasil, o que não existe é uma história do Brasil sem o negro (Garcia, 2005)

A área que atualmente pertence ao Estado de Alagoas, que durante o século 19 fazia parte do território de Pernambuco, tinha sua economia baseada na cana de açúcar e no plantio de algodão. Estas lavouras eram o principal destino dos cativos na região, mas uma boa parte da população negra também vivia no cenário urbano. Muitos tinham seus serviços alugados por seus senhores, e não era raro ver nos jornais da província anúncios de aluguel de serviços.

Na província, assim como em todo o país, foram criados clubes abolicionistas e grupos de resistência negra. Um dos líderes da resistência mais conhecidos foi Zumbi dos Palmares, que comandou o Quilombo dos Palmares, local de resistência e luta para escravos fugidos. As táticas de luta de Zumbi eram reconhecidas por muitos, e o ajudaram a escapar da morte muitas vezes, o que fazia com que muitos acreditassem que ele era imortal.

Zumbi é conhecido internacionalmente como um símbolo de resistência e luta contra a escravidão. Em 2015, quando se completaram 300 anos de sua morte, muitos saíram às ruas no que chamaram de “Marcha Zumbi”, que reivindicava a diminuição da desigualdade racial no país. 20 de novembro se tornou, em 1978, o dia nacional da consciência negra.

O que muitos não sabem é que Dandara, esposa de Zumbi, também foi uma importante liderança do quilombo e lutou ao lado de homens e mulheres pelo fim da escravidão. Sua história vive às sombras devido ao grande sexismo do país. Dandara morreu ao se jogar de um precipício, logo após ser capturada em meados de fevereiro de 1694.

Vagarosamente, o Brasil tenta superar este período terrível de sua história, mas mesmo 130 anos após a abolição da escravidão, o país ainda tem de lidar com

suas consequências, como o fato de que a maior parcela da população brasileira é pobre, o que reflete diretamente nos índices de educação diante do comparativo entre brancos e negros, além do aumento do racismo e desigualdade social. Somente com a conscientização da população e a continuidade de governos voltados para as políticas sociais de reparação e prevenção é que o Brasil conseguirá pagar sua dívida com a população negra.

O passado ainda se faz presente: Entenda as consequências da escravidão brasileira na educação da população negra

O Brasil possui um grande número de negros analfabetos. Segundo dados do IBGE, até 2017 o índice de analfabetismo entre os negros e pardos no Brasil era de 9,3%, enquanto o percentual entre os que são considerados “brancos” é de apenas 4%. Tal diferença é uma consequência do tratamento dado aos negros durante a escravidão e após seu fim.

No ano de 1824 a constituição estabelecia que “a instrução primária é gratuita a todos os cidadãos”. Nessa época, eram caracterizados como cidadãos “os que eram nascidos livres, libertos ou ingênuos”. Assim, a legislação brasileira negava aos escravos o direito de frequentar os ambientes escolares, já os libertos e nascidos livres poderiam obter a educação primária, mas sua presença nos ambientes escolares ainda sofria resistência da elite branca.

[...] durante o Império, várias legislações foram criadas para a instrução nas províncias, as quais, por vezes, impediam a entrada de negros livres ou cativos nas escolas públicas e particulares; outras apenas apresentavam restrições com relação à condição jurídica do negro. **(SANTOS, 2011, p.12).**

A sociedade da época temia que, ao fornecer educação à população negra, eles pudessem se rebelar e criar uma espécie de revolução, por isso o interesse de ter uma população letrada só veio anos mais tarde. A partir da necessidade de ser visto como um país moderno e progressista, na segunda metade do século 19, a educação da população negra foi discutida de forma mais ampla, pois um país moderno não poderia ter grande parte da sua população analfabeta e escrava. Os centros educacionais foram então utilizados como meio de controle social e forma de uniformizar a sociedade à moda europeia, além de apagar os costumes indígenas e dos negros, para assim alcançar a “civilidade” brasileira.

Os negros sempre foram considerados pela elite uma raça inferior, incapaz de aprender, e que sua cultura e tradições não tinham valores para uma sociedade “civilizada” que seguia os preceitos europeus, como acontecia no Brasil. Essa opinião era difundida até pelos abolicionistas que, apesar de reconhecer a crueldade na forma como os cativos eram tratados, ainda assim viam o negro

apenas como uma mão de obra para trabalhos braçais e com pouco intelecto. E mesmo diante de todos estes fatos, era negada a existência de racismo no país.

O escritor Charles Expilly revela em sua obra “Mulheres e costumes do Brasil”, de 1863, como o preconceito era velado:

O preconceito da cor não tendo influência no Brasil! Encontra-se esse preconceito a cada passo. Confirma-se em todas as circunstâncias, na rua, nos salões, à mesa de família; e até na igreja, onde a cor mais ou menos carregada da epiderme estabelece entre os fiéis uma barreira intransponível. Mas ele não aparece somente em germe. Estabelece-se arrogantemente, cinicamente, na Constituição do Império. É mantido pelo artigo da lei fundamental que recusa formalmente os direitos eletivos ao homem alforriado (EXPILLY, apud Lobo, 2008, p. 197-198).

O autor deixa claro que, até em posições sociais elevadas, os negros não possuíam condição de paridade com os brancos. Foi então dado início ao movimento de branqueamento do país, que seria implantado através da miscigenação e da educação, ensinando os negros através do molde europeu. Machado de Assis é um exemplo de negro que foi educado através deste modelo de ensino.

Uma das primeiras Leis que impulsionaram a escolarização dos negros foi a Lei do ventre livre, que dava aos filhos de escravos o direito do acesso à educação básica. Durante todo o século 19, muitos negros se uniram criando entidades que lutavam pela liberdade dos cativos e alfabetização dos mesmos. Os negros encontravam mais facilidade em frequentar os centros educacionais noturnos, alguns fornecidos pelo governo e outros gerenciados por estas entidades que buscavam preparar os negros para sua emancipação, que aconteceria após a abolição. Muitos dos libertos que possuíam instrução conseguiram se desenvolver socialmente, embora esse não fosse o objetivo da elite, então saber ler e escrever se tornou um adendo ao sonho de liberdade de muitos cativos.

Em Alagoas, a educação dos escravos por meio do poder público deu-se início de forma efetiva em 1873. Antes disso os cativos eram excluídos dos centros educacionais, pois assim permitia a lei. Isso aconteceu após a decisão de Antonio Carneiro Antunes Guimarães, que acreditava que conceder o direito de educação aos cativos, além de um ato político, era um ato humanitário. As aulas geralmente ocorriam durante a noite para não interferir no trabalho dos alunos. Vale ressaltar

que o sistema de ensino da província de Alagoas era precário. Assim como acontecia nas demais províncias da região, os professores eram mal preparados e os materiais didáticos não supriam a necessidade da população em geral e isso perdurou por vários anos.

A causa do fracasso da instrução pública de Alagoas não estava apenas relacionada ao uso dos métodos de ensino, os quais devem ser considerados como uma das causas da precariedade do ensino público, já que a maioria dos professores não possuía uma formação adequada para ministrar os métodos adotados, mas a um conjunto de fatores, entre eles a falta de formação e o baixo salário dos professores (SANTOS,2011, p. 73,74)

Outro ponto que prejudicava o sistema educacional alagoano da época era a questão de que muitos professores eram indicados para o cargo devido a ligações políticas e não pela capacidade profissional. Em Alagoas, a Escola Central foi uma das pioneiras a conceder aulas a negros libertos e ingênuos (nascidos livres). Nela eram aprendidos ofícios, trabalhos agrícolas e as primeiras letras. Os ofícios eram ensinados, pois o governo tinha a função de, após a abolição, formar a mão de obra livre, utilizando a educação como método de controle social.

Anos se passaram e os negros foram ganhando espaço nos meios escolares, mas com restrições, e muitos não conseguiam chegar ao ensino superior. A fim de sanar esta dívida histórica, o governo implantou a ação afirmativa de cotas em forma de lei. Sancionada em agosto de 2012, esta lei garante que 50% das matrículas por curso e turno das universidades públicas e institutos federais de educação, ciência e tecnologia estejam reservadas para negros e índios, além de abranger também os estudantes que cursaram o ensino médio na rede pública de ensino.

Porém, ela só foi implantada em 2004. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em pesquisa realizada em 2016, um ano após esta implantação, apenas 5,5% dos jovens pretos e pardos estariam frequentando alguma instituição de ensino superior. Já em 2015, 12,8% dos negros com idade entre 18 e 24 anos ingressaram em universidades públicas e particulares.

Outras ações afirmativas que contribuíram para o aumento de alunos negros nas universidades foram o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), que existe desde 1999 e contribui para que alunos de baixa renda financiem seus estudos em faculdades particulares e o Programa Universidade para todos (Prouni) criado em

2010, que concede bolsas integrais ou parciais em Universidades particulares para estudantes de baixa renda.

Essas duas políticas afirmativas são mais abrangentes, mas foram de grande importância para o aumento de negros cursando o ensino superior, pois a maior parte da população negra, segundo pesquisa do IBGE em 2014, se encontra na parcela mais pobre do país.

Um fato curioso é que o Brasil não foi o primeiro país a instalar o sistema de cotas. Em 1930, a Índia implantou o sistema de cotas como uma ação afirmativa para reverter o quadro de racismo existente no país. No Brasil existem vários debates sobre o assunto. Enquanto ativistas do movimento negro afirmam que o sistema de cotas é uma política de reparação e direito à igualdade para os jovens negros. Como exemplo, temos o artigo “Política de cotas raciais na UNB: um estudo sobre o acesso de negros na universidade durante o período 2004 a 2012”, das autoras Amanda Vanessa Pereira de Assunção, Catarina de Almeida Santos, Danielle Xabregas Pamplona Nogueira, que mostra como funcionou o sistema de cotas na UNB e afirmam que ele cumpriu seu papel:

[...] o sistema de cotas raciais busca a equiparação de direitos entre negros e brancos. Desta forma, a política de cotas raciais visa reparar danos de geração passadas, focalizando-se no grupo de negros do país, além de possuir sua justificativa em uma noção de direitos sociais, a fim de diminuir os impactos causados pela criação de uma cultura injusta, como se observa no caso racial (HISTEDBR, 2018)

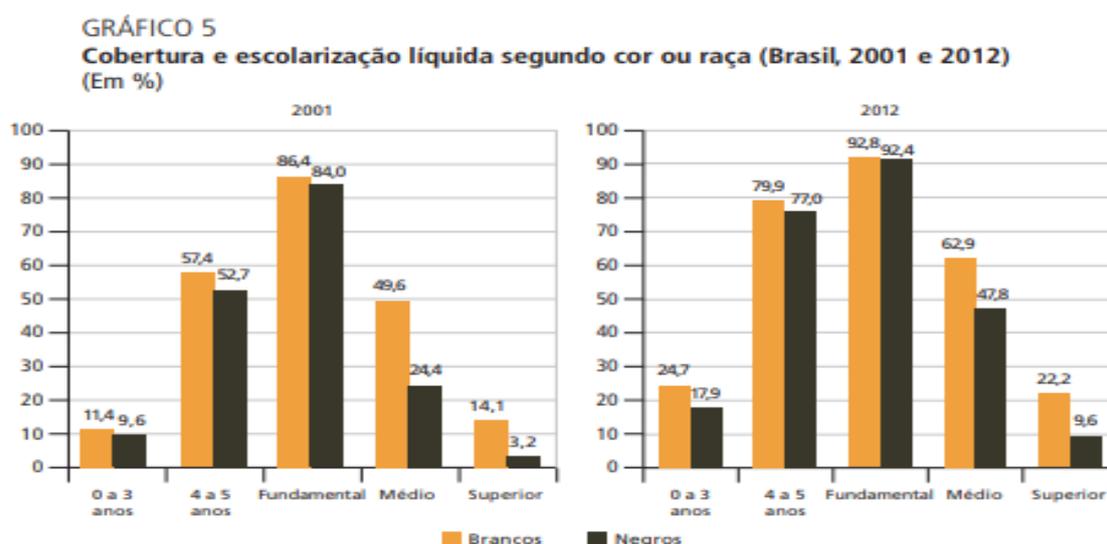
Por outro lado, alguns acadêmicos e figuras políticas afirmam que as cotas servem como afirmação da inferioridade do intelecto da pessoa negra. Como é o caso do presidente eleito Jair Messias Bolsonaro que durante sua campanha em 2018, afirmou que o “coitadismo” iria acabar, indicando que as políticas assistenciais para as minorias, onde se inclui a população negra, não estariam dentro de seu plano de governo, colocando em risco este importante programa de inclusão que é o sistema de cotas.

Antes mesmo de ser candidato a presidência, o então deputado fez outra declaração, a um programa de TV, sobre sua visão com relação ao sistemas de cotas: "Quem usa cota, no meu entender, está assinando embaixo que é incompetente. Eu não entraria num avião pilotado por um cotista. Nem aceitaria ser operado por um médico cotista" (BOLSONARO, 2011), desvalorizando todos os

profissionais que conseguiram entrar no ensino superior através desta política afirmativa.

Posteriormente, ele afirmou que pretende implantar mensalidades nas universidades públicas através do projeto Future-se, que segundo o governo federal foi criado para promover maior autonomia financeira nas universidades e institutos federais por meio de incentivo à captação de recursos próprios e ao empreendedorismo. Até o momento, a adesão do projeto é voluntária, mas o objetivo do governo é que todas as universidades federais façam adesão a essa nova forma de gestão. O que pode acarretar em uma diminuição do número de negros no ensino superior, pois a camada mais pobre da população, que é constituída em sua maior parte por negros, não possui condições de pagar mensalidade e por isso optam pelo ensino superior gratuito.

Ainda hoje a população negra sofre com as consequências do que foi feito com os seus antepassados durante e após a escravidão. O número de alunos afrodescendentes sempre foi menor em comparação ao número de alunos brancos, porém em uma Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo IBGE em 2016, revela que houve um aumento no número de negros no ambiente escolar, como mostra o gráfico abaixo:



Fonte: PNAD – Microdados.
Elaboração dos autores.

Obs.: a frequência líquida mede o percentual de alunos em idade escolar correta para um determinado ciclo sobre o total da população da faixa etária prevista para o ciclo. Para as crianças de até cinco anos, a opção foi a cobertura por faixa etária, e não por nível de ensino, já que muitas delas com idade para frequentar a creche podem estar na pré-escola e vice-versa.

Os dados mostram ainda que o ensino superior teve um aumento considerável de alunos negros, já que em 2001 apenas 3,2% dos negros tinham o ensino superior e em 2012 esse número subiu para 9,6%. Essa mudança acontece na mesma época em que os programas sociais, como o sistema de cotas, foram implantados, programas estes que buscam que a desigualdade racial seja reduzida, e possui o intuito de equiparar as condições entre negros e brancos.

Tomando como base o curso de jornalismo, o número de alunos negros é ainda mais desproporcional. Muitos deles conseguiram ingressar no ensino superior por programas sociais oferecidos pelo governo, como PROUNI, FIES e a política de cotas.

A jornalista negra e alagoana, Rizia Cerqueira, que se formou recentemente em uma faculdade particular da capital alagoana, afirma que “existiam outros alunos negros, sim, porém o número não é nada representativo, eram a minoria da turma”.

Os dados acima mostram um grande avanço nos últimos anos com relação à educação da população negra, o que auxilia na luta pela diminuição da desigualdade racial. Mas o Brasil ainda não alcançou o cenário ideal, por isso é necessária a continuidade dos programas sociais, que ajudam esta população a ingressar no ensino superior, assim como também é vital investir na educação de base, para que estas ações afirmativas não vivam para sempre. Afinal, atuar para que todos possuam educação de qualidade é mais eficiente e possui melhor custo benefício do que consertar os erros de um sistema de ensino falho e desigual, através de ações de equidade.

O Racismo e a Mídia: A relação do negro com os meios de comunicação na era digital.

O Brasil é o país que possui a segunda maior população negra do mundo, perdendo apenas para Nigéria. Os negros equivalem a 54% dos brasileiros, mas mesmo assim o país ainda sofre com o racismo. Entrar em uma loja, dirigir o próprio carro, andar na orla, esquecer os documentos, expressar sua religião, usar um penteado diferente são atitudes cotidianas, mas para a população negra pode ser motivo de olhares desconfiados e abordagens impróprias.

Pelo menos uma vez na vida algum negro passou por situações constrangedoras por causa de sua cor. Se um homem branco está dirigindo um carro importado não existem questionamentos sobre a procedência do carro, mas em uma mesma situação, um homem negro pode ser confundido com um empregado ou com um ladrão. Essas situações nos mostram como o Brasil tem enraizado um preconceito por pessoas de cor. Mesmo sendo considerado um país miscigenado, é possível perceber que o racismo ainda se encontra presente todos os dias, seja de forma velada ou explícita, mas muitos dos casos não são denunciados por medo ou vergonha, criando um clima de impunidade.

O Racismo e a Injúria Racial são considerados crimes no Brasil, e muitos acreditam que eles possuem o mesmo significado, mas para o código penal eles têm conceitos diferentes. O racismo é caracterizado pela conduta discriminatória à integralidade de uma raça, ou seja, atinge um número maior de pessoas como, por exemplo, impedir a utilização de elevadores ou escadas sociais em residências privadas baseado na cor da pele, restringir a entrada de pessoas em estabelecimentos comerciais devido à raça, entre outras situações. A definição de racismo como crime foi estabelecida através da constituição federal de 1988, que em seu Art. 5 inc. XLII deixa claro que “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei”.

Já a Injúria Racial é direcionada a uma pessoa específica, onde se comete o crime ofendendo a honra de alguém, depreciando com elementos referentes à sua raça, cor, religião ou nacionalidade. Muitos dos crimes de racismo hoje em dia estão sendo minimizados para injúria racial, o que acaba beneficiando quem comete este tipo de crime.

Como forma de combater este tipo de prática, em 2010 foi promulgado o Estatuto da Igualdade Racial. Nele se estabelece um conjunto de normas e princípios jurídicos para coibir a discriminação racial e garantir os direitos individuais e coletivos da população negra. Foi a partir do Estatuto que nasceu o Sistema Nacional de promoção à igualdade racial, que visa organizar e articular políticas e serviços do poder público federal para acabar com as desigualdades étnicas do Brasil.

O estatuto é constituído de 65 artigos e aborda pautas como saúde, educação, cultura, lazer, moradia e trabalho. Foi através dele que o Brasil garantiu que 20% das vagas de ensino superior sejam reservadas para negros, através da Lei afirmativa de cotas.

Outro ponto relevante do Estatuto é que ele determina que a herança cultural africana e a participação dos negros na história do Brasil devem estar presentes na produção veiculada nos órgãos de comunicação. Assim, os negros começaram a ganhar espaço na mídia, principalmente no jornalismo.

A representatividade negra no campo do jornalismo é pequena se comparada com a quantidade de habitantes negros do país. Mas aos poucos o jornalismo negro vem ganhando espaço e representatividade na mídia. Nomes como Maju Coutinho, Gloria Maria, Zileide Silva e Heraldo Pereira são as caras que colocam o jornalismo negro em destaque a nível nacional.

Em Alagoas, o jornalismo “negro” possui visibilidade em órgãos públicos, mídia impressa e no rádio. Alguns nomes que se destacam são: Helciane Angélica – uma das líderes da Comissão dos Jornalistas pela igualdade Racial (COJIRA) e, durante dez anos, editora da coluna Axé no impresso Tribuna Independente –, Valdice Gomes – presidente do Sindicato dos Jornalistas de Alagoas – e Géssika Costa – jornalista na rádio educativa. Esses são nomes que estão sempre engajados em difundir a cultura negra na mídia, denunciar as desigualdades e situações de preconceito, além de promover a igualdade racial através de seus trabalhos.

Valdice Gomes, além de presidir o sindicato dos jornalistas, também é uma das lideranças do Conselho Estadual de Promoção à Igualdade Racial (CONEPIR) em Alagoas. Que realiza eventos a fim de debater meios para promover uma sociedade mais justa e igualitária não só para a população negra, mas para povos de todas as etnias. Como exemplo de um desses eventos, em setembro de 2017 foi

realizada em Maceió a Conferência Intermunicipal de Promoção da Igualdade Racial, que teve como objetivo debater políticas públicas que promovessem uma sociedade mais justa e igualitária. Helciane Angélica, junto com Valdice, era das lideranças do COJIRA-AL, que busca promover a igualdade racial através do jornalismo.



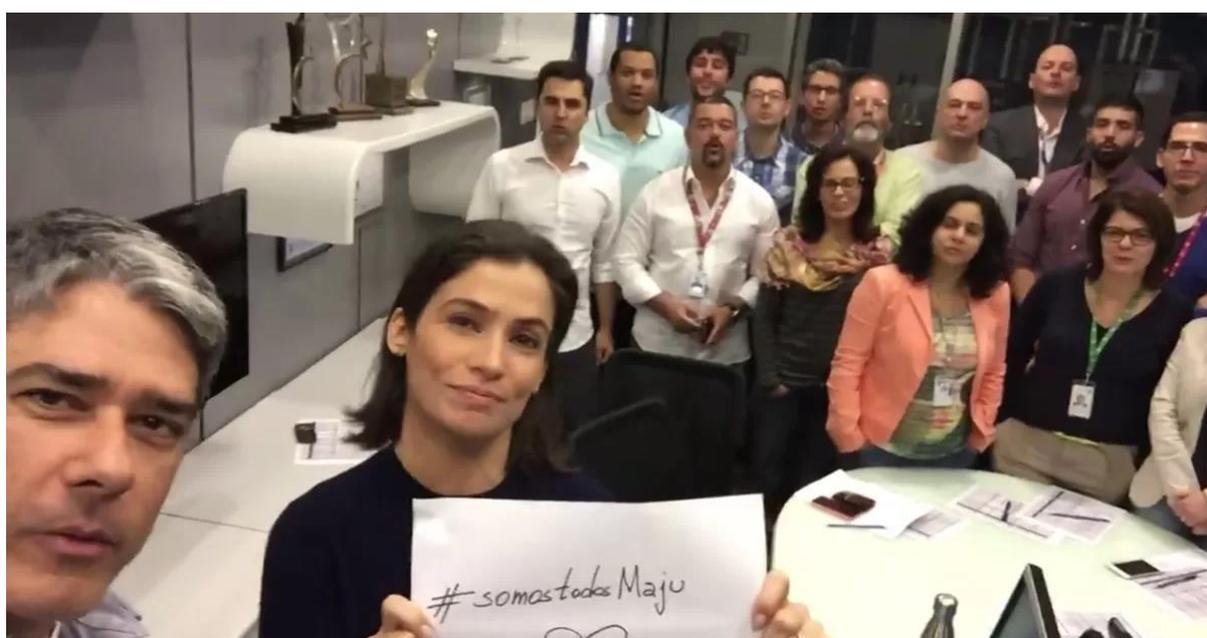
Maria Júlia Coutinho em sua estreia no Jornal Nacional (Fonte: Reprodução)

O ano de 2019 foi importante para a representatividade e identificação do negro na mídia. Em fevereiro, após quase 50 anos no ar, o Jornal Nacional teve sua primeira jornalista negra a assumir a bancada do noticiário. A escolhida foi a jornalista Maju Coutinho, que era conhecida como a “garota do tempo” no mesmo telejornal. Ela se juntou a Heraldo Pereira e aos demais jornalistas que se revezam para apresentar o jornal aos fins de semana. Em setembro, Maju assumiu a bancada do Jornal Hoje, após Sandra Annenberg se juntar a Glória Maria no comando do Globo Repórter.

Porém tanta representatividade passa a incomodar alguns, que mesmo com tantas Leis para coibir o racismo não inibe os ataques racistas que alguns profissionais sofrem durante o exercício da profissão. A própria Maju Coutinho foi alvo destes ataques em uma das suas fotos da fanpage do JN, no *Facebook*.



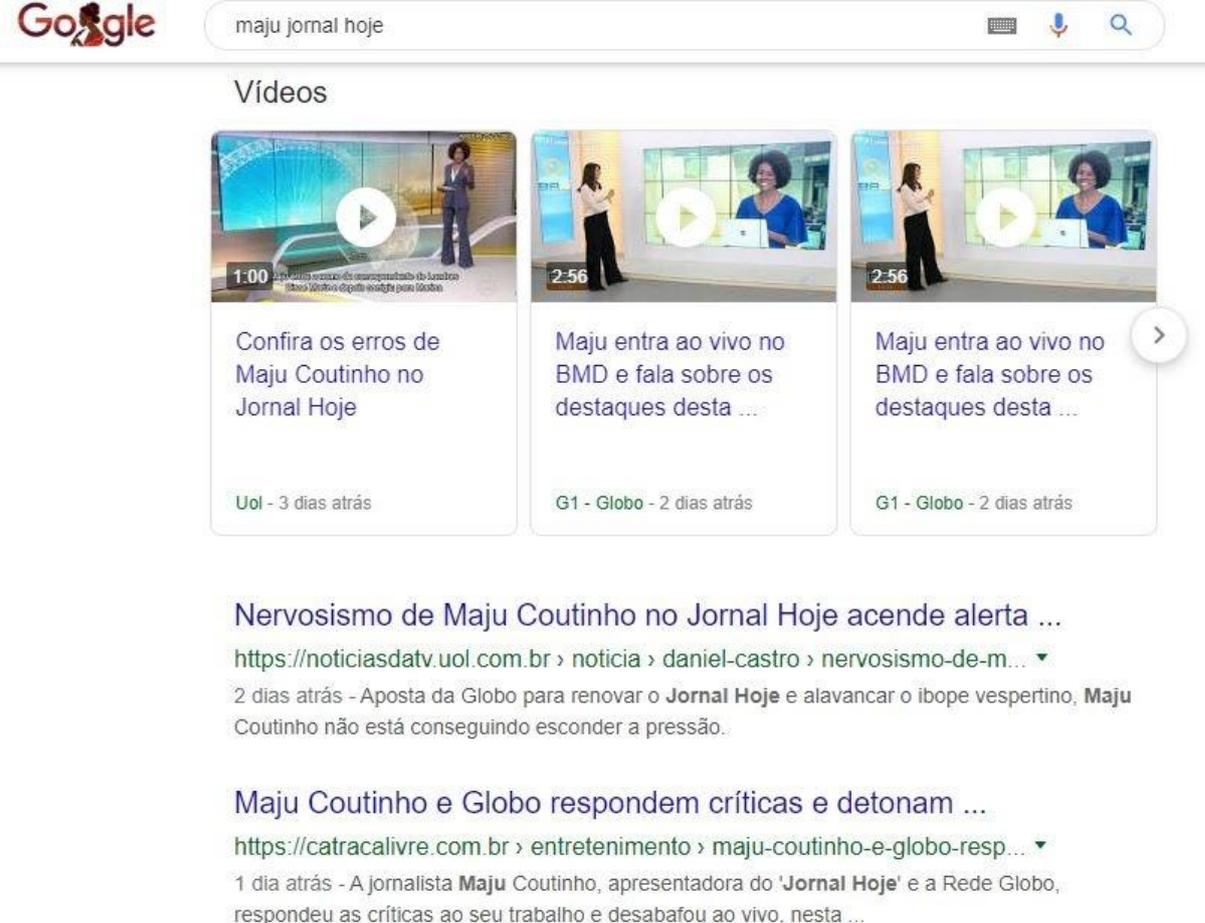
Fonte: Arquivo Online da Revista Veja



Fonte: Globo/ Imagem do vídeo postado na página do JN no facebook

Tais comentários geraram uma rede de comoção, onde foi criada a campanha #SomosTodosMaju, explicitando a indignação com este tipo de atitude e declarando apoio à jornalista. Foi aberto um inquérito para investigar os responsáveis pelos comentários e alguns computadores foram apreendidos.

Após assumir a bancada do Jornal Hoje, Maju sofreu ataques da mídia por causa de alguns erros durante a apresentação do jornal. As manchetes expõem os erros da jornalista e sugere que Globo estude retirar o seu posto como apresentadora oficial do telejornal.



The image shows a Google search interface for the query "maju jornal hoje". The search results are categorized under "Vídeos" (Videos). Three video thumbnails are visible, each with a play button and a duration. The first video is 1:00 long and is titled "Confira os erros de Maju Coutinho no Jornal Hoje", published by Uol 3 days ago. The second and third videos are 2:56 long and are titled "Maju entra ao vivo no BMD e fala sobre os destaques desta ...", published by G1 - Globo 2 days ago. Below the videos, there are two news snippets. The first snippet is titled "Nervosismo de Maju Coutinho no Jornal Hoje acende alerta ..." and is from Uol, dated 2 days ago. The second snippet is titled "Maju Coutinho e Globo respondem críticas e detonam ..." and is from Catracalivre, dated 1 day ago.

Fonte: Internet

Em resposta às manchetes, a Globo se pronunciou afirmando que “é falsa a informação de que houve a reunião mencionada no comentário de Daniel Castro. Não houve reunião, Maju Coutinho tem brilhado na apresentação do Jornal Hoje, superando todas as melhores expectativas. O Jornal Hoje, com Maju, e em horário diferente (começa e termina mais tarde), teve crescimento de audiência considerando a faixa horária”. Além disso, também rebateu as críticas feitas pelo jornalista Daniel Castro exaltando as qualidades da jornalista “Maju Coutinho não é apenas uma profissional querida, simpática, humilde e alegre, como a define o

jornalista. Ela é antes uma jornalista brilhante, talentosa, absolutamente preparada, que chegou ao Jornal Hoje exclusivamente por seus méritos profissionais”.

Com a abertura de espaço e o avanço da internet não só jornalistas são alvos de ataques preconceituosos, mas celebridades negras também passam por este tipo de constrangimento. A atriz Taís Araújo é uma delas. Durante toda a sua carreira ela vem sofrendo com o preconceito e, em 2015, após postar uma foto em sua rede social, vários comentários racistas surgiram com relação ao seu cabelo e a sua cor. Em resposta, ela realizou uma publicação informando que iria tomar as medidas legais e que não iria “baixar a cabeça” para este tipo de situação.

Já em 2017, após sua participação no programa Mais Você, da Rede Globo de Televisão, ela sofreu uma série de ataques preconceituosos devido a sua recusa a experimentar um prato, através de comentários como: “se estivesse com fome comeria até merda, gatinha hipócrita, leva um nhoque de abóbora para África e pergunta se eles querem? (*sic*)”.

Ainda em 2017, após apresentar uma palestra no evento TEDx São Paulo sobre o tema “Como criar crianças doces em um país ácido”, Taís relatou a dificuldade de se criar um filho negro em um país racista, onde, dependendo da sua cor e do modo como se veste, você pode ser confundido com um infrator mesmo sendo menor de idade. Em uma rede social, os internautas começaram a emitir comentários criticando a atriz e intitulando sua postura de vitimista.

Outro caso que ganhou grandes proporções foi o da filha do ator Bruno Gagliasso com a atriz Giovanna Ewbank. A pequena Titi sofreu ataques preconceituosos através de um vídeo publicado por Day McCarthy, uma *socialite* que vive no Canadá. No vídeo, a blogueira realiza vários comentários de cunho racista. Os pais tomaram as devidas providências e prestaram queixa na Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática (DRCI), no Rio de Janeiro. Esse episódio não foi o primeiro caso de racismo contra a filha do casal. Em 2016, um menor de idade postou o seguinte comentário: “Você e seu marido até que combina, mas a criança que vocês adotaram não combinou muito, porque ela é pretinha e lugar de preto é na África (*sic*)” em uma das redes sociais do casal.

Outro caso recente de ataques racistas foi o que aconteceu com o ex-bbb Rodrigo França. Também através das redes sociais, internautas o chamaram de macaco, enquanto o mesmo ainda estava confinado. Dentro da casa, durante toda a

edição do programa de 2019, uma das participantes fez vários comentários racistas com relação a Rodrigo. Foi aberto um inquérito onde está sendo investigado o caso. Após sair do confinamento Rodrigo depôs contra a participante na delegacia responsável pelo caso.

Casos como esses evidenciam que é necessário que as vítimas denunciem, pois é a sensação de impunidade que faz com que o preconceito racial se perpetue. É importante educar e conscientizar a população, mas punir quem faz este tipo de ato também é importante para acabar com este tipo de prática.

Denuncie o racismo e injúrias raciais :
Disque 156 Opção 7

NÃO HÁ VAGAS: A dificuldade do jovem jornalista para entrar no mercado de trabalho.

Segundo a Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio (PNAD) realizada pelo IBGE em 2019, o Brasil possui 12,7 milhões de desempregados. O número mostra que houve um aumento de 2,6% em comparação com o ano de 2018. A taxa de desemprego de jornalistas não é diferente, já que a crise da mídia impressa e o fechamento de vários jornais pelo país deixaram vários jornalistas desempregados. Esta crise também chegou a Alagoas, o que gerou uma demissão em massa de jornalistas em um dos principais veículos de mídia impressa do Estado.

O país possui um alto índice de desempregados devido a falta de qualificação, oportunidades de empregos concentradas apenas em uma região e também a exigência de muitas empresas de que os funcionários tenham experiência no cargo. Tudo isso gera um impasse, pois muitos jovens estão em busca do primeiro emprego e não possuem nenhuma experiência. Mas como ter experiência se as empresas não proporcionam isso? Isso acontece porque os custos para treinamento e formação do empregado são muito altos para o empregador e por isso eles optam por empregar aqueles que já tenham conhecimento na área.

Essa é uma das principais dificuldades do estudante de jornalismo na busca por estágio, já que muitas das empresas optam por estudantes com experiência ou aqueles que possuem ligações com a empresa. Isso torna a corrida por um estágio desigual. Enquanto um estudante possui três estágios, outro não consegue nenhum. Foi por esse motivo que a Universidade Federal de Alagoas, em sua nova grade, atribuiu como obrigatório o estágio para os estudantes de jornalismo, para que todos os alunos tenham oportunidades iguais e vivenciem a experiência do jornalismo na prática.

O mercado de trabalho para o jornalista é controverso, pois muitas vezes as vagas são preenchidas através de indicações políticas, uma vez que a maioria dos meios de comunicação pertence a familiares ou aos próprios políticos. Como forma alternativa, muitos jornalistas trabalham de forma independente como *freelancer*. O que não gera um vínculo empregatício através da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), mas também não os coloca na lista de desempregados. É cada vez

mais comum que as empresas de comunicação contratem o serviço dos *freelancers* como uma forma de fugir dos direitos trabalhistas.

Em uma pesquisa realizada em 2012 pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC, em convênio com a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), foi constatado que a maioria dos jornalistas são mulheres, brancas, solteiras, de até 30 anos. Nesta pesquisa foi revelado também que a proporção de jornalistas negros é inferior à metade da população auto declarada pretas e pardas.

A maioria dos jornalistas da época se formou em instituições privadas, e 40% dos jornalistas possuíam pós-graduação. A pesquisa mostra ainda quão poucos jornalistas são filiados aos sindicatos locais. Em 2012, ano em que a pesquisa foi realizada, 75% dos jornalistas trabalhavam na área, o que contrasta com a realidade atual, e as mulheres, mesmo sendo maioria, ganhavam menos que os homens. Destes 75% que trabalham de forma atuante como jornalistas, um pouco mais da metade trabalhavam diretamente com a mídia, outros trabalham como professores e o restante em funções fora da mídia, como assessoria, ou em outras vertentes da comunicação.

Em Alagoas, o conglomerado da comunicação é controlado por políticos divididos em três organizações empresariais. Mas as empresas que mais contratam jornalistas, principalmente os jornalistas negros, são as de consultoria, clipagem, órgãos públicos e empresas que buscam assessores e *social media*.

No Brasil, a média salarial do jornalista é de R\$ 1.500 a R\$ 3.000, mas jornalistas com grande destaque ganham um valor superior a esta faixa. Em Alagoas, o piso salarial era de R\$ 3.565,27, que também é utilizado como teto salarial, mas em 2019, os empresários do ramo de comunicação propuseram diminuir o piso em 40%, o que não agradou os jornalistas do estado. Em assembleia convocada pelo Sindicato dos Jornalistas de Alagoas (Sindjornal), os jornalistas alagoanos avaliaram a proposta das empresas de diminuir o piso salarial para R\$ 2.150 e a implementação de banco de horas. Após a votação, ficou decidido que a categoria não iria aceitar a proposta e, como forma de protesto, foi realizado no dia do trabalhador, em parceria com outras centrais sindicais, um ato na orla da capital alagoana. O ato reivindicava, junto outras categorias, mais empregos, salários decentes e a luta contra as mudanças no sistema de aposentadoria atual.

Entenda os Caminhos que levaram a Greve dos jornalistas de Alagoas e as suas consequências.

Segundo o presidente do Sindicato dos Jornalistas de Alagoas, Izaias Barbosa, desde fevereiro o sindicato tentava negociar com as empresas de comunicação, entregando propostas referentes ao reajuste de salário anual, mas não chegaram a um consenso.

“Após duas reuniões sem propostas, na última reunião realizada dia 25 de abril, as empresas entregaram a proposta de redução salarial de 40%. Como tínhamos o aval da categoria para decidir qualquer coisa que não fosse favorável, não aceitamos a proposta e não chegamos a um acordo, nós entramos com um pedido de dissídio. Caso houvesse uma negociação e acordo, era só retirar o processo. No total foram oito propostas que fizemos às empresas, e em contrapartida eles não apresentaram nenhuma proposta fora essa de redução de 40% dos salários”, explicou.

Ele ainda afirma que a greve só ocorreu devido às mudanças nas leis trabalhistas, pois o dissídio só poderia ser julgado caso ambas as partes concordassem e, com a greve, a justiça do trabalho deveria julgá-lo, pois seria um dissídio de greve.

“Nosso pedido era o reajuste de acordo com a inflação, que era de 5,07% enquanto os patrões propuseram a redução de 40%, nós tentamos até verificar maneiras para que não houvesse a redução e fosse mantido o piso, porém as empresas não aceitaram”, ressaltou Barbosa.

Após a caminhada no dia do trabalho, outros atos contra a redução salarial aconteceram em Alagoas. A categoria se reuniu em assembleia no dia 23 de maio para analisar uma nova proposta das empresas de comunicação. Após audiência no Tribunal Regional do Trabalho (TRT), o Sindjornal convocou uma nova assembleia no dia 30 de maio, para deliberar sobre o indicativo de greve. Assim, ficou decidido que dia 25 de junho, caso as empresas insistissem com a proposta de redução salarial, os jornalistas do estado iriam entrar em greve por tempo indeterminado.

No dia 17 de junho houve uma nova assembleia geral onde a greve foi ratificada. Nos dias 14 e 19 de junho os jornalistas foram trabalhar vestidos de preto, para simbolizar Luto. Ainda no dia 19, em audiência no TRT, as empresas do Grupo Opinião de Comunicação, Organização Arnon de Mello (OAM) e Pajuçara Sistema de Comunicação (PSCom) se negaram a negociar com a categoria. Um dia antes da greve, o Sindjornal convocou uma assembleia geral para repassar detalhes da greve.

Início da Greve

Dia 25 de Junho

A categoria entra em greve e se formam piquetes na porta das emissoras, onde os jornalistas gritavam palavras de ordem e com atrações culturais. Neste dia, em parceria com o Hemoal, o sindicato organizou uma campanha chamada “Meu sangue pelo jornalismo”, onde o carro da instituição iria coletar sangue dos grevistas em frente a sede da OAM.

A greve contou com a adesão de 90% dos jornalistas alagoanos, segundo o Sindjornal, e contou também a participação de estudantes de comunicação. Em apoio à greve, as assessorias deixaram de repassar as informações que pautam os jornais, fazendo com que os veículos de comunicação reprisassem matérias ou transmitissem matérias de outros estados para cobrir o tempo dos telejornais.

Devido à greve e por falta de matérias, o PSCom não transmitiu dois dos seus principais noticiários locais, o Cidade Alerta e o Pajuçara Noite. Neste primeiro dia, teve também uma mobilização nas redes sociais com a *hashtag* #QuemPagaFazAoVivo, fazendo uma alusão ao programa Bom Dia Alagoas, da TV Gazeta, que foi gravado na noite anterior e estava reprisando matérias.

Dia 26 de junho

O segundo dia de greve foi marcado por músicas e palavras de ordem. Os jornalistas do portal de notícias G1 Alagoas, pertencente à OAM, aderiram de forma massiva à greve. À noite os grevistas se reuniram na sede do sindicato para articularem sobre próximos passos da greve. A mobilização através das redes

sociais desse dia foi através da *tag* #TemMasTáFaltando, fazendo referência às matérias veiculadas nos telejornais e a falta de qualidade desse conteúdo.

Dia 27 de junho

No dia anterior ficou decidido que as manifestações do terceiro dia de greve aconteceriam em frente à sede da TV Ponta Verde, no bairro do Jacintinho. O terceiro dia teve uma programação cultural mais intensa. Em apoio à greve, os deputados estaduais se recusaram a conceder entrevistas após a sessão na Assembleia.

A Câmara Municipal de Maceió decide implantar o piso salarial para seus assessores de comunicação após visita de uma comissão de jornalistas. O Diretório Acadêmico Freitas Neto (DAFN) em assembleia com os estudantes da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), decide pela adesão dos estudantes a greve, sem prejuízo no quesito de faltas, provas e trabalhos.

Na tarde do dia 27, o Ministério Público do Trabalho (MPT) mediu uma tentativa de conciliação entre as empresas de comunicação e a categoria. A proposta foi levada aos jornalistas em assembleia realizadas no Colégio Marista de Maceió, localizado no bairro do Farol, e, por unanimidade, ficou decidido a rejeição da proposta e a continuidade da greve.

A mobilização nas redes sociais foram feitas através da *tag* #AGreveÉNossa, que faz alusão à música “Novo Tempo”, tema do fim de ano da Rede Globo, que foi utilizada como base para uma paródia feita por alguns jornalistas para gravação de vídeos.

Dia 28 de junho

A concentração do quarto dia de Greve foi em frente à TV Pajuçara. Contando com a participação de grevistas, estudantes e jornalistas de outros setores, o movimento grevista segue com apoio de artistas locais, que fizeram parte da programação cultural do dia. Restaurantes e bares enviam refeições para o piquete em apoio à greve. Além disso, o ex-governador Ronaldo Lessa mostra sua solidariedade e apoio aos grevistas ao cancelar uma coletiva de imprensa na qual ia falar sobre sua saída da Secretaria de Estado da Agricultura, Pesca e Aquicultura (Seagri).

Dia 29 de junho

O sábado de greve teve uma programação especial voltada para família. O piquete neste dia foi em frente à sede da OAM, e contou com pula-pula, piscina de bolinhas e distribuição de algodão doce para as crianças. O jornal semanal Gazeta de Alagoas teve sua versão impressa reduzida em consequência da greve.

Dia 30 de junho

A capa do jornal semanal O Dia Alagoas mostra apoio aos grevistas, e em sua edição mostra detalhes da greve dos jornalistas. Nas redes sociais, os jornalistas se mobilizam para subir a *tag* #6DiasSemElas [notícias], que alcança os *Trending Topics* do *Twitter*.

Dia 01 de Julho

No início da manhã desse dia, os jornalistas foram para principal avenida da cidade, a AV. Fernandes Lima, no bairro do Farol, para reivindicar seus direitos e pedir o apoio da população. Mais tarde, outro grupo foi às ruas no centro da capital para conversar com a população e explicar os motivos da greve. Em Arapiraca, em um ato denominado “Greve com Arte”, os jornalistas distribuíram rosas e o piquete foi movimentado por atrações culturais.

Na parte da manhã, durante as apresentações culturais, o piquete em frente à sede da OAM sofreu uma intervenção da Polícia Militar, que teria recebido supostas denúncias de moradores referente à lei do silêncio, e queriam apreender o carro de som que estava auxiliando durante o dia. Após negociações, o carro de som foi liberado, mas a organização da greve achou por bem dispensar o carro para evitar maiores problemas.

Dia 02 de Julho

A greve completa oito dias e os jornais locais seguem reprisando matérias e utilizando conteúdo de outros estados para preencher o tempo do jornal. Estagiários e repórteres que não aderiram à greve tomam a frente de um dos principais jornais locais, levando ao ar matérias com uma série de erros sucessivos.

Os jornalistas reclamam da qualidade do conteúdo produzido e movimentam a tag #IssoATVNãoMostra. O MPT emitiu um parecer favorável à categoria para um reajuste de 5% acima do piso salarial atual e contra a redução salarial proposta pelas empresas de comunicação. As empresas, através de seus canais de comunicação, veicularam uma nota de esclarecimento sobre a greve, onde afirmaram que não foi proposta a redução salarial conforme foi anunciado pelos jornalistas.

Segue Nota na Íntegra:

Diante da propagação de que as Empresas de Comunicação de Alagoas querem reduzir salário dos jornalistas esclarecemos que, após várias tentativas de negociação com o Sindicato dos Jornalistas de Alagoas, não houve acordo e parte da categoria decidiu entrar em greve.

A proposta apresentada pelas empresas, e rejeitada pela maioria dos jornalistas em Assembleia foi:

Incluir faixas salariais além do piso atual de R\$ 3.565,27 para 5 horas de trabalho por dia. A proposta foi rejeitada pelos jornalistas.

Em uma segunda proposta, também rejeitada pelo Sindicato mesmo sem apreciação em assembleia, as empresas incluíram a garantia do atual piso salarial para todos que já estão contratados. Além disso, em caso de substituição, o novo profissional contratado também receberia o valor do piso atual por um período pré-determinado. Na ocasião dessa segunda proposta, também estava garantida a manutenção de todas as cláusulas sociais já estabelecidas.

Por último, o Ministério Público do Trabalho, acionado pelo próprio Sindicato dos Jornalistas, tentou construir mais uma proposta que previa a implantação de 3 níveis salariais: um nível maior que o piso atual, um intermediário correspondente ao valor atual de R\$ 3.565,27 e um piso INICIAL. Apesar de discordar de alguns pontos, as empresas aceitaram a proposta do Ministério Público do Trabalho e, lamentavelmente, mais uma vez, os jornalistas recusaram.

Não é verdadeira, portanto, a informação de que as empresas querem reduzir os salários dos jornalistas.

Organização Arnon de Mello

Sistema Opinião de Comunicação

Pajuçara Sistema de Comunicação”

Dia 03 de Julho

No TRT é realizado o julgamento do dissídio. Os jornalistas se reúnem em frente à sede do órgão em Alagoas e mobilizam as redes sociais através da *tag* #LuteComoUmJornalista, que chegou em primeiro lugar no *Trending Topics* do *Twitter*. No julgamento, os desembargadores seguiram o voto do relator Laerte Neves, e julgaram concedendo um reajuste salarial de 3% acima do piso atual e negando a redução salarial proposta pelas grandes empresas de comunicação. Assim, o piso salarial passa ao valor de R\$ 3.672,22.

O reajuste foi dividido em quatro parcelas de 0,75%, fazendo referência aos salários de maio, junho, julho e agosto. O TRT votou também pela manutenção dos salários dos profissionais empregados atualmente em 90 dias, a partir da data da deliberação do TRT.

Segundo o presidente do Sindjornal, Izaias Barbosa, o sindicato avalia de forma positiva a greve dos jornalistas. Para ele, esse foi um momento que entrou para história. Nos congressos entre centrais sindicais e jornalistas, a greve se tornou o assunto principal. “Foi uma luta justa, essa greve foi bonita e se não fosse a união da categoria, nós não teríamos saído vitoriosos”, afirmou.

Dia 04 de Julho

Após o fim da greve, os jornalistas voltam às suas atividades e os jornais diminuem a quantidade de pautas frias veiculadas nos jornais. Mas a Organização Arnon de Mello, antes mesmo da publicação da sentença final, demite 15 profissionais, todos participantes da greve. Os que não foram demitidos tiveram seus cargos de chefia destituídos ou foram remanejados para outras funções. Em consequência das demissões, o Sindjornal convoca uma assembleia extraordinária. Os 15 profissionais

demitidos receberam homenagens e os advogados falaram sobre as medidas a serem tomadas.

Dia 05 de julho

Os jornalistas promovem, na manhã de sexta-feira, um tuitaço em protesto às demissões realizadas pela OAM no dia anterior. A *tag* utilizada foi a #CollorDemiteGloboSeCala, fazendo referência ao silêncio da Globo após as demissões dos jornalistas em sua afiliada no Estado de Alagoas. Como forma de apoio, a FENAJ emite nota em repúdio às demissões.

Nesse dia, a Organização Arnon de Melo recebe uma notificação para que os profissionais demitidos sejam reintegrados e o Ministério Público os convoca para uma reunião.

O Sindicato faz denúncia junto ao ministério público, por prática antissindical e assédio moral coletivo, uma vez que constava na sentença normativa a garantia de salários por 90 dias e manutenção dos empregos após a greve. A multa solicitada à justiça pelo descumprimento da reintegração era de R\$ 50 mil por dia.

Dia 12 de Julho

O PSCom decide não renovar o contrato dos estagiários que participaram da greve.

Dia 16 de Julho

O juiz do trabalho Luiz Henrique Candido da Silva concedeu uma liminar em favor do Sindjornal, determinando a reintegração dos jornalistas demitidos dentro de um prazo de 48 horas.

Dia 19 de Julho

Na manhã da sexta feira (19), os jornalistas vão à porta da Organização Arnon de Melo para realizar a reintegração, mas somente três dos 15 dos jornalistas demitidos conseguiram retornar a suas atividades.

Dia 22 de Julho

Os demais profissionais que restavam para a reintegração voltam para suas atividades, porém em funções diferentes.

Dia 05 de Agosto

O PSCom demite nove jornalistas e extingue o telejornal local Pajuçara Noite, que era composto por quatro dos nove jornalistas demitidos. Todos os profissionais demitidos participaram da greve da categoria.

Dia 06 de Agosto

A TV Pajuçara realiza mais cinco demissões. Na UFAL, os professores de Comunicação Social emitem nota de repúdio às demissões realizadas pelo PSCom. O Sindjornal e os profissionais demitidos realizam uma reunião com o ministério público do trabalho.

Dia 26 de Agosto

A OAM demite 12 jornalistas, todos participantes da greve. Dentre eles, sete já haviam sido dispensados após o fim da greve.

Dia 30 de Agosto

A OAM fecha a sucursal de Arapiraca e demite os profissionais, todos presentes na greve. Dentre eles, a jornalista Priscila Anacleto, uma das jornalistas negras do estado que tinha maior visibilidade junto à população devido ao fato da TV Gazeta ser um dos principais canais abertos de todo o Estado.

Qual a função do sindicato? Os sindicatos têm por função lutar e garantir os interesses e direitos dos trabalhadores. Eles possuem o poder de negociar com as empresas em busca de melhores condições de trabalho e por melhores salários.

O Sindicato dos jornalistas de Alagoas foi fundado em 29 de Agosto de 1949, mediante a reuniões de profissionais que se encontravam diariamente no sindicato dos trabalhadores para falar sobre o cotidiano das redações. Inicialmente, ele surgiu como uma associação, que não tinha autonomia para mobilização da categoria, pois era um grupo composto por poucos profissionais, a maioria sem carteira assinada e sem salários fixos.

Os pioneiros do sindicato, que só foi legalizado no governo de Getúlio Vargas, foram José Otávio da Rocha e Aldo Ivo, que inicialmente presidiram o sindicato ao lado dos jornalistas Carivaldo Brandão, Zacarias Santana e Cavalcante Barros. Foi devido à luta do sindicato, durante a gestão de Joaldo Cavalcante, que os jornalistas alagoanos conseguiram estabelecer um dos maiores pisos salariais do país. O sindicato foi de grande importância na luta para exigência do diploma para exercício da profissão, além da regulamentação do estágio para curso de jornalismo.

Com a presença do sindicato, nos deparamos com as dificuldades diárias do jornalista no mercado de trabalho, sem ele estaríamos à mercê das grandes empresas e diante de cargas horárias exaustivas e salários bem abaixo do piso atual. Por isso os jornalistas de todo o estado devem unir forças ao sindicato para lutar por seus salários e por seus empregos, a fim de acabar com o nepotismo no meio jornalístico e tornar os meios de comunicação em massa ainda mais acessíveis à população e com maior pluralidade dentro das redações.

QUEM SÃO ELES? Onde estão os jornalistas Negros de Alagoas?

Um país onde mais da metade da sua população é negra deveria demonstrar isso em seus telejornais e mídias, mas a realidade é diferente. Uma pesquisa realizada em 2011 por Claudia Acevedo e Luiz Trindade mostra que a porcentagem de afrodescendentes nos telejornais das principais emissoras do país é de apenas 6,15%. Um número bem pequeno, uma vez que apenas 43% da população brasileira se considera branca, conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada em 2018.

O que se vê nos telejornais são apresentadores majoritariamente brancos e após a greve dos jornalistas que ocorreu em julho de 2019 o número de jornalistas negros diminuiu, devido às demissões. Ao realizar uma pesquisa rápida e informal no *Instagram*, apenas 5 pessoas souberam responder nome de jornalistas negros alagoanos e, os que souberam, eram jornalistas ou do ramo da comunicação. Isso mostra o quanto o trabalho do jornalista negro ainda é invisível ao grande público e que há uma carência de diversidade étnica no quadro de jornalistas dos telejornais locais.

A revista Piauí, da Editora Abril, levantou esta pauta em sua matéria de capa do mês de outubro de 2019, onde a jornalista Yasmin Santos revela na matéria “Letra Preta” as dificuldades do negro se encaixar no jornalismo e como ainda é baixo o número de negros nas redações de todo o país. Em sua reportagem especial, ela revela a dificuldade de ser uma das poucas negras na universidade, da necessidade de colocar em seus trabalhos acadêmicos a questão da etnia e da representatividade, na tentativa de revelar sua identidade e entender sua essência.

A matéria traz a experiência de outros negros nas redações, a questão das pautas em que os negros são inclusos, a forma como os jornalistas negros se tornam referência quando o tema é negritude, principalmente com a proximidade do mês da consciência negra. Ela aborda também as dificuldades que vivenciou para realização da sua monografia e conta sobre a inexistência de um projeto de diversidade étnica nas redações. Santos conclui que “na maioria dos casos, a preocupação com a inserção de jornalistas negros parte dos próprios jornalistas negros que conseguiram driblar as formas ainda muito elitistas de acesso a esses

veículos. Os chefes e colegas brancos ou passam a se importar com a questão quando estão em contato com esses profissionais ou continuam a menosprezá-la”.

Quem são os jornalistas negros alagoanos?



Figura 1: Teófilo Lins (Reprodução de imagens da internet)

Poucos conhecem sua história, mas Teófilo Lins era um importante militante e um dos pioneiros do sindicato dos jornalistas. Teófilo é original do povoado de Poço Grande, que pertence à cidade de Pão de Açúcar – Alagoas, e se mudou para Maceió no início da década de 1940. Com 19 anos começou a trabalhar no Serviço Social da Indústria (Sesi) e nessa mesma época começou sua carreira jornalística no Diário de Alagoas.

Teófilo é considerado um dos fundadores do Sindicato dos Jornalistas de Alagoas (Sindjornal) e do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). O jornalista liderou várias lutas e chegou a ser preso na época da ditadura por ligação com lideranças comunistas. Durante o Golpe Militar, a principal intenção era censurar a imprensa e por isso vários jornalistas foram presos, entre eles o jornalista Vladimir Herzog, que posteriormente apareceu morto em sua cela, com a justificativa dos militares de que o mesmo havia se suicidado.

Com Teófilo não foi muito diferente. Eles chegaram a invadir a casa de sua mãe na busca de documentos e livros. Quando soube que estavam a sua procura, o jornalista se escondeu na Rádio Difusora, que foi invadida no dia seguinte a sua chegada. Lins, por fim, decidiu se entregar e passou três meses detido, inicialmente

na Cadeia Pública de Maceió, e depois foi transferido para uma cela na 20ª Circunscrição de Serviço Militar (C S M). Além do Diário de Alagoas, Teófilo trabalhou também no jornal O Semeador como editor, na Tribuna de Alagoas, no Jornal de Alagoas e na Gazeta de Alagoas.

Ele foi o primeiro jornalista de Alagoas a falar sobre o automobilismo e algumas de suas matérias tinham o cunho de denúncia. Uma delas fez com que um dos acionistas da *Volkswagem* pedisse aos donos da Gazeta de Alagoas para que ele fosse afastado. Teófilo morreu em 19 de maio de 1994, e o bairro do Clima Bom, em Maceió, possui uma rua em sua homenagem.

Outro nome do jornalismo negro em Alagoas, é a jornalista Géssika Costa, que se formou em 2015 em uma faculdade particular da capital alagoana. A jornalista, sempre que pode, busca retratar em seus textos a luta pela igualdade racial e contra o preconceito. Géssika conta que o desejo de ser jornalista veio ainda na infância.

“Sempre fui uma criança muito curiosa, atenta a tudo que se passava no mundo, muito comunicativa e fiel leitora de revistas de quadrinhos e contos de terror, mas por algum motivo nunca falei aos meus pais e familiares nessa época que queria ser jornalista”, contou.

Foi aos 14 anos, em uma gincana do colégio, que Géssika teve a confirmação do que iria ser quando crescesse.

“No dia da competição teve uma prova sobre atualidades e eu consegui responder todos os questionamentos com detalhes durante a competição. Dentre os principais assuntos estavam política geral, e em especial as eleições nos Estados Unidos – Barack Obama x John McCain. Ao terminar a gincana, tive certeza do que queria ser”.

Géssica revela que durante a sua formação em jornalismo sua turma tinha inicialmente três alunos negros, mas no final apenas ela se formou junto com o grupo.

“Durante o curso, que eu lembre, apenas dois meninos. Um que saiu para terminar a graduação na UFAL e o segundo rapaz era de Guiné-Bissau e terminou o curso mais rápido, já que estava em vários períodos ao mesmo tempo”, explicou.

A jornalista conta que na turma na qual estudava na faculdade, dos 43 alunos, apenas dois negros faziam parte do grupo, então não existia representatividade na sala de aula. Ela também questiona o porquê de isso continuar acontecendo.

“Por experiência, três amigos negros que estudaram comigo no ensino fundamental desejavam também cursar a graduação de Jornalismo. Mas, anos depois, só eu negra na sala de aula... Por quê? Em um grupo que começou com 43 alunos e só dois negros integram a turma não pode existir representatividade”.

Géssika tem menos de cinco anos como jornalista formada e isso só reforça que, mesmo com todas as políticas públicas de inclusão da população negra no ensino superior, o número de negros nas salas de aula das universidades do país ainda é insuficiente.



Fonte: Arquivo Pessoal

Sobre o mercado de trabalho alagoano, para GÉssika, tanto o setor privado quanto o público se encontram saturados devido à crise financeira dos últimos anos, além de estar precarizado. Ela afirma ainda que fora da capital alagoana a situação é pior. “Já tive duas propostas de trabalho para Arapiraca e me surpreendi com as condições que poderiam me submeter ao fechar contrato”, revelou.



Fonte: Arquivo pessoal

Ao ser questionada sobre o mercado de trabalho atual e os profissionais negros, a jornalista conta que percebe a ausência, mas que é incontestável o trabalho que vem sendo feito pela Comissão dos Jornalistas pela Igualdade Racial, COJIRA. Na percepção de GÉssika, é o setor público que mais acolhe os profissionais negros no Estado.

Mas ela ressalta que ainda são raros os cargos de chefia ocupados por negros, e ainda mais raros os que são ocupados por uma mulher jornalista e negra.

“Em todas as redações, passando nos jornais impressos, *sites*, rádio, fotojornalismo e, principalmente TV, a quantidade de jornalistas negros não chega nem a 15% do total de profissionais”. A jornalista considera que a diferença é ainda maior para os cargos de âncora e repórter nas emissoras de TV locais

Mesmo com pouco tempo de formada, GÉssika Costa coleciona 12 prêmios no total, sendo metade deles de reconhecimento nacional. A jornalista conta que um dos momentos mais marcantes de sua carreira foi receber o Prêmio Braskem de Jornalismo em 2017 pela reportagem “Imigrantes africanos enfrentam discriminação na terra de Zumbi” no dia em que se celebra a Consciência Negra. Costa ainda

ficou na lista dos jornalistas mais premiados de 2017 e foi personagem em uma série de reportagens especiais em homenagem ao dia da consciência negra em 2019.

Formada pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL) em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo desde 2007 e pós graduada em Comunicação Empresarial pelo Centro Universitário Cesmac em 2010, a alagoana Helciane Angélica (34) é um dos nomes referência de jornalistas na luta pela Igualdade Racial. A jornalista foi uma das pioneiras na Comissão dos Jornalistas pela Igualdade Racial e chegou a ficar a frente da coluna axé, de 2008 a 2018, no Jornal Tribuna Independente .

Helciane conta que a decisão de cursar jornalismo surgiu porque o curso unia tudo que ela gostava.

“O Jornalismo foi a minha primeira opção porque congregava várias coisas que eu gostava de fazer; além de ter a possibilidade de conhecer e atuar em setores diferenciados, a exemplo do esporte, meio ambiente, direitos sociais. Eu gostava de ler, tirar fotos e escrever sobre os eventos da escola e viagens (Turismo); sempre amei animais (Biologia); era viciada em esportes (Educação Física); e metida a defender as pessoas (Direito)... Então, juntando tudo, e um teste vocacional confuso, a melhor opção foi fazer a faculdade de Jornalismo.”, revela.

A jornalista explica que muitas vezes pensou em mudar de profissão, mas tudo que ela desejava fazer acabava retornando ao jornalismo. Sobre a época da faculdade, Helciane conta que, de 30 alunos apenas cinco eram negros ou pardos, mas ainda existia um problema maior do que a falta de representatividade..

“Eles não se autodeclaravam! O pertencimento étnico não existia, caso perguntasse qual era a cor, alguns deles diziam que eram moreno/morena ou que isso não importava”, desabafou.

Questionada se sofreu preconceito durante sua trajetória na profissão, a jornalista revela que já percebeu em vários momentos olhares de surpresa ou desprezo, tanto

por a acharem nova e não acreditarem no seu potencial profissional, quanto pela sua aparência física.

“Até por ser baixinha e por ter cabelo cacheado, escutei muito ‘Por que você não alisa o cabelo?’, ‘Por que não usa salto alto?’, mas com o tempo as qualidades passam a ser reconhecidas e a competência destrói o preconceito”

Para Helciane, não só no jornalismo, mas no ramo da comunicação em geral há poucos profissionais negros em atuação e, mesmo quando eles existem, estão em escalas hierárquicas inferiores e com salários menores. Para ela, é preciso se aperfeiçoar ainda mais, fazer cursos complementares e adquirir outras habilidades para se manter no mercado, pois no meio da comunicação em Alagoas as oportunidades são diferenciadas quando se trata de diversidade étnica.

Durante sua carreira, Helciane Angélica recebeu vários prêmios e homenagens, muitos ligados a sua luta pela igualdade social e movimentos sindicais.

PRÊMIOS E HOMENAGENS

- **2014 – Prêmio Braskem de Jornalismo na categoria “Assessoria de Comunicação”**, com o case “Projeto: Coopvila Reciclar e Educar – Valorização do trabalho dos catadores e divulgação da coleta seletiva”;
- **2012 – Comenda Dandara na Câmara Municipal de Maceió**, em reconhecimento à significativa contribuição nas ações relativas à luta pela Diversidade Étnicorracial no município de Maceió;
- **2010 – Menção Honrosa na categoria “Assessoria de Comunicação”** no 21º Prêmio Braskem de Jornalismo em Alagoas, com o case “Feira Camponesa: Ações de comunicação e valorização dos feirantes/agricultores”;

- **2010 – Homenagem** pela divulgação das questões étnicorraciais e sociais, concedido pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Alagoas (Sindjornal), em alusão ao Dia Internacional da Mulher;
- **2009 – Homenagem do Núcleo de Apoio e Desenvolvimento de Capoeira em Alagoas (Nadec-AL)** pelos serviços prestados na divulgação da cultura afro, em especial, as ações político-culturais da capoeira.

Esses são apenas alguns nomes dos jornalistas negros do Estado, que para boa parte do grande público são desconhecidos. É preciso mudar essa realidade e dar visibilidade merecida aos trabalhos destes profissionais que são competentes, mas que por muitos anos permanecem no anonimato.

APÊNDICE F:

QUESTIONÁRIO HELCIANE

1- O que te fez escolher o jornalismo como profissão?

HELCIANE ANGÉLICA: *O Jornalismo foi a minha primeira opção porque congregava várias coisas que eu gostava de fazer; além de ter a possibilidade de conhecer e atuar em setores diferenciados, a exemplo do esporte, meio ambiente, direitos sociais... Eu gostava de ler, tirar fotos e escrever sobre os eventos da escola e viagens (Turismo); sempre amei animais (Biologia); era viciada em esportes (Educação Física); e metida a defender as pessoas (Direito)... então, juntando tudo, e um teste vocacional confuso, a melhor opção foi fazer a faculdade de Jornalismo. Depois de formada, pensei várias vezes em mudar de área, mas, não consigo fazer outra coisa, tudo esbarra no jornalismo.*

2- Durante o curso, na sua sala de aula existiam outros alunos negros? Você acredita que o número era representativo?

HELCIANE ANGÉLICA: *Não era representativo, porque numa turma com 30 alunos, tinham uns cinco negros/pardos. Eles não se autodeclaravam! O pertencimento étnico não existia, caso perguntasse qual era a cor, dizia que era moreno/morena ou que isso não importava.*

3- Durante a busca por emprego na área, em algum momento a cor da sua pele teve influência na decisão da contratação?

HELCIANE ANGÉLICA: *Acredito que não.*

4- Em algum momento durante o exercício da profissão você sofreu algum tipo de preconceito?

HELCIANE ANGÉLICA: *De forma velada não. No entanto, percebi muitas vezes um olhar de surpresa ou desprezo, por me acharem nova para executar a função; dúvida/descrédito por achar que eu não sabia fazer o trabalho ou que não daria conta; ou até por ser baixinha e por ter cabelo cacheado, escutei muito “porque você não alisa o cabelo”, “porque não usa salto alto”. São estereótipos que atrapalham um pouco, mas depois cai no esquecimento.*

Eu tive que provar, mostrando na prática que sabia fazer o trabalho, que tinha “jogo de cintura” para encarar alguns desafios, e também ser humilde suficiente para pedir ajudar ao tirar dúvidas ou fazer algum serviço. Com o tempo, as qualidades passam a ser reconhecidas, e a competência destrói o preconceito.

5- Qual a sua opinião sobre o mercado de trabalho alagoano e os jornalistas negros?

HELCIANE ANGÉLICA: *Na minha opinião, o número de profissionais negros que atuam na comunicação (jornalismo, publicidade, relações públicas, radicalismo, design gráfico...) ainda é muito reduzido e encontram-se em cargos*

hierarquicamente inferiores, conseqüentemente, os salários são menores. É preciso aperfeiçoar ainda mais o currículo, fazer cursos complementares e adquirir outras habilidades para se manter no mercado.

6- Na sua percepção, a maior recepção de jornalistas negros no estado se encontra no setor privado ou público?

HELCIANE ANGÉLICA: *Acredito que seja mais no setor público.*

7- Você se sente que há diversidade étnico-racial nos principais veículos de comunicação do Estado?

HELCIANE ANGÉLICA: *Não, o número ainda é muito reduzido e as oportunidades são diferenciadas.*

8- Quais foram os momentos mais marcantes da sua carreira? Você já foi premiada/ reconhecida por algum de seus trabalhos? Qual (quais)

HELCIANE ANGÉLICA: *O meu ramo de atuação é a Assessoria de Imprensa, e tive a oportunidade de trabalhar em instituições bem distintas: assessoria parlamentar, no movimento social do campo, cooperativa; alguns serviços freelance no movimento sindical; e atualmente, estou em uma autarquia. Durante uma década (2008-2018), atuei como editora da Coluna Axé, no jornal Tribuna Independente, espaço cedido para a Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial de Alagoas (Cojira-AL). Em cada local, novos conhecimentos e aprendizados.*

PRÊMIOS E HOMENAGENS

- 2014 – **Prêmio Braskem de Jornalismo** na categoria “Assessoria de Comunicação” da 25ª edição em Alagoas, com o case “Projeto: Coopvila Reciclar e Educar – Valorização do trabalho dos catadores e divulgação da coleta seletiva”.
- 2012 – **Comenda Dandara** na Câmara Municipal de Maceió, em reconhecimento à significativa contribuição nas ações relativas à luta pela Diversidade Étnicorracial no município de Maceió.
- 2010 – **Menção Honrosa** na categoria “Assessoria de Comunicação” no 21º Prêmio Braskem de Jornalismo em Alagoas, com o case “Feira Camponesa: Ações de comunicação e valorização dos feirantes/agricultores”.
- 2010 – **Homenagem** pela divulgação das questões étnicorraciais e sociais, concedido pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Alagoas (Sindjornal), em alusão ao Dia Internacional da Mulher.
- 2009 – **Homenagem** do Núcleo de Apoio e Desenvolvimento de Capoeira em Alagoas (Nadec-AL) pelos serviços prestados na divulgação da cultura afro, em especial, as ações político-culturais da capoeira.

9 – Você atualmente trabalha na área? Se sim, onde? Existem outros jornalistas negros trabalhando com você?

HELCIANE ANGÉLICA: *Sim, eu trabalho na Assessoria de Comunicação (Ascom) do Instituto de Terras e Reforma Agrária de Alagoas (Iteral), que é vinculado à Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura (Seagri)/Governo de Alagoas. Os demais profissionais negros da autarquia encontram-se em outros setores desenvolvendo o trabalho técnico e/ou nos serviços gerais*

QUESTIONÁRIO GÉSSIKA COSTA

1- O que te fez escolher o jornalismo como profissão?

Géssika Costa: *Sempre fui uma criança muito curiosa, atenta a tudo que se passava no mundo, muito comunicativa e fiel leitora de revistas de quadrinho e contos de terror, mas por algum motivo nunca falei aos meus pais e familiares nessa época que queria ser jornalista. Apenas aos 13/14 anos decidi - ao participar de uma gincana no colégio no ensino fundamental. No dia da competição teve uma prova sobre atualidades e eu consegui responder todas os questionamentos com detalhes durante a competição. Dentre os principais assuntos: política geral e em especial as eleições nos Estados Unidos - Barack Obama x John McCain. Ao terminar a gincana, tive certeza do que queria ser.*

2- Durante o curso, na sua sala de aula existiam outros alunos negros? Você acredita que o número era representativo?

Géssika Costa: - *Durante o curso, que eu lembre, apenas dois meninos. Um que saiu para terminar a graduação na Ufal e o segundo rapaz era de Guiné-Bissau e terminou o curso mais rápido - já que estava em vários períodos ao mesmo tempo. Fazendo esse retrospecto, no final da graduação, fui a única negra formada na turma. Com certeza, num grupo que começou com 43 alunos e só dois negros integravam a turma não pode existir representatividade... por experiência três amigo negros que estudaram comigo no ensino fundamental desejavam também cursar a graduação de Jornalismo. Mas, anos depois, só eu negra na sala de aula... por quê?*

3- Durante a busca por emprego na área, em algum momento a cor da sua pele teve influência na decisão da contratação?

Géssika Costa: *Sim, mas acredito que foi de forma positiva. Uma vez - após ser contratada no estágio - perguntei a minha chefe à época o porquê dela ter me escolhido e não o outro candidato - homem, branco e que dominava melhor os programas de edição na hora do teste. Segundo ela, a escolha havia se dado porque ela gostou mais da minha entrevista pessoal e também porque eu era mulher e mulher negra. Então, para ela, a escolha foi por afinidade e sororidade. Minha chefe era branca, feminista interseccionista e*

mãe-ativista e foi uma das responsáveis por eu conhecer o feminismo melhor aos 22 anos de idade.

4- Em algum momento durante o exercício da profissão você sofreu algum tipo de preconceito?

Géssika Costa: *Não. Neste caso, não.*

5- Qual a sua opinião sobre o mercado de trabalho alagoano e os jornalistas negros?

Géssika Costa: *Acredito que o mercado de trabalho no jornalismo alagoano está saturado, em grave crise financeira e altamente precarizado, não só no setor privado quanto no público. Há muita gente cumprindo outras funções sem receber o salário devido. Outro fator importante é sair um pouco da capital e pensar sobre as condições do jornalista/jornalismo alagoano no interior. Acredito que a situação por lá é bem pior em todas as áreas - mas principalmente para quem trabalha em site e assessoria de comunicação: prefeitura, políticos etc. Digo isso porque já tive duas propostas de trabalho para Arapiraca e me surpreendi com as condições que poderiam me submeter ao fechar contrato. Já sobre o segundo questionamento, não há dúvidas: não existe representatividade em cargos de chefia e nos cargos iniciais e falta ainda uma discussão ainda maior nas faculdades de Jornalismo locais. Ainda sobre o tema, inegavelmente há um grande trabalho sendo feito pela Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial (Cojira - via Sindicato dos Jornalistas de Alagoas) {só por existir na minha opinião já é relevante}, mas falta envolvimento de toda a categoria para discutir a falta de jornalistas negros nas redações, não apenas nas reuniões do Sindicato ou da Comissão, mas tentar levar ao ambiente de trabalho ou algo parecido.*

6- Na sua percepção, a maior recepção de jornalistas negros no estado se encontra no setor privado ou público?

Géssika Costa: *Acho que posso considerar 58 % no setor público e 42 no privado, mas vale ressaltar que ao olhar os cargos de chefia são raros os casos em que a maior posição no organograma da empresa é ocupada por um negro e, mais ainda, por uma mulher jornalista negra.*

7- Você se sente que há diversidade étnico-racial nos principais veículos de comunicação do Estado?

Géssika Costa: *Não. Não há mesmo. Em todas as redações: passando nos jornais impressos, sites, rádio, fotojornalismo e, principalmente tv a quantidade de jornalistas negros não chega nem a 15% do total de profissionais. Considero que a realidade nas tvs locais - nos cargos de âncora e repórter - é ainda mais assustadora a diferença.*

8- Quais foram os momentos mais marcantes da sua carreira? Você já foi premiada/ reconhecida por algum de seus trabalhos? Qual (quais)

Géssika Costa: *Há três momentos. O mais marcante da minha carreira até agora foi quando ganhei o Prêmio Braskem de Jornalismo em 2017. Fiz uma reportagem especial para rádio onde abordava as histórias de xenofobia e racismo dos imigrantes africanos que vivem em Alagoas. A cerimônia do Prêmio foi no dia 20 de novembro - Dia da Consciência Negra. Mais representativo do que esse dia ...*

O segundo momento foi há dois anos quando dei um furo jornalístico numa história também de preconceito. Sempre cubro as férias em um site local e em julho de 2016 fiz uma reportagem de bastante repercussão mostrando o caso de uma igreja protestante que sofreu sanção após batizar homossexuais assumidos. E o terceiro momento foi no ano passado ao saber que integrava a lista dos jornalistas mais premiados do ano de 2017. Fiquei na segunda posição no Nordeste. Sobre os prêmios: Prêmio José Marques de Melo (2017), Prêmio ABP de Jornalismo (Promovido pela Associação Brasileira de Psiquiatria 2017), Menção Honrosa no Prêmio Abracopel de Jornalismo (2017), Prêmio Braskem de Jornalismo (2017), Prêmio ABMES (terceiro lugar - Associação Brasileira de Mantenedoura de Ensino Superior - 2018), Prêmio NHR Brasil de Jornalismo (2018), Prêmio Otávio Brandão de Jornalismo (terceiro lugar) e Prêmio ABEAR de Jornalismo - categoria imprensa regional (2018).